

fls 69
Paulo

**SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA EM
VINTE E UM DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E CATORZE**

--Aos vinte e um de fevereiro do ano dois mil e catorze reuniu a Assembleia Municipal do Funchal, pelas dez horas e trinta minutos, no Edifício dos Paços do Concelho, sob a Presidência de Maria Luisa Clode Figueira da Silva Araújo, estando ainda presentes Paula Cristina Mourinho Belbut Gonçalves e Nélia Maria Gouveia Vieira Aguiar, como primeira e segunda secretárias, respetivamente, bem como os seguintes Deputados Municipais:-----

---**Grupo Municipal Mudança** - Ana Patrícia da Silva Oliveira (PND); António José Gouveia Gomes (PS), Catarina José Ferreira Soares (MPT); Carlos Alejandro da Câmara Figueira (PTP); Duarte Luis Fernandes Caldeira (PS); Donato Paulo Vares Macedo (PND); Eduardo Pedro Welsh (PND); Gonçalo Gomes de Sousa Aguiar (PS); Guida Maria Barcelos Martins (PS); Guida Maria Vieira Martins (BE); Guido Marcelino Mendonça Gomes (PS); João Valdemar Berenguer (PTP); José Gabriel Pereira Oliveira (PS); José Juvenal Nunes Rodrigues (PS); Micaela Gomes Camacho (PS); Paulo Bruno Rodrigues Nunes Ferreira (PS); Sérgio Juvenal de Jesus Abreu (PS). **CDS/PP**- Américo João da Silva Dias; Gonçalo Nuno Pimenta Aguiar e Lino Ricardo Silva Abreu. **PCP/PEV**-Fernão Manuel Gonçalves Rodrigues; Herlanda Maria Gouveia Amado e Jorge Manuel Morais da Silva. **PPD/PSD**- Alberto Rufino Fernandes Casimiro; António Domingos Sousa Abreu; Carlos Alberto Rodrigues, David João Rodrigues Gomes; José António Freitas Rodrigues; José Agostinho de Freitas Baptista; Lívio Rómulo Soares Coelho, Luis Miguel Moura Sousa; Marisa Maria Pereira dos Santos e Costa; Pedro José Jardim Gomes; Raquel João Martins da Silva, Ricardo Jorge Alves Delgado e Rui Nuno Barros Cortez. -----

---Mais se verificou a presença do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Paulo Alexandre Nascimento Cafôfo, da Senhora Vice-Presidente, Maria Filipa Trindade Jardim Fernandes, e dos Senhores Vereadores: Idalina Perestrelo Luis, José Edgar Marques da

Silva, Gil da Silva Canha, Bruno Miguel Camacho Pereira, João José Nascimento Rodrigues, Vanda Maria de Fátima de Sousa França Correia de Jesus, Paulo Alexandre de Atouguia Aveiro, José Manuel Sousa Rodrigues e Artur Alberto Fernandes Andrade. -----

---Esteve também presente a funcionária da autarquia Guida Maria de Sousa Vieira Teixeira, designada para elaborar as atas da Assembleia Municipal. -----

---**Verificando a existência de quórum, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, abriu a sessão, colocando à apreciação e votação a ata da sessão ordinária de dezembro de dois mil e treze, a qual foi aprovada por maioria com trinta e oito votos a favor, sendo dezanove do GMM, onze do PPD/PSD, cinco do CDS/PP, três do PCP/PEV e duas abstenções do PPD/PSD. -----

---**Seguidamente a Senhora Presidente** deu conhecimento do seguinte expediente: -----

1. Pedido de suspensão de mandato do Deputado Municipal Virgílio de Freitas Silva Berenguer (PTP), por noventa dias, com efeitos a partir do dia dezassete, substituído por Carlos Alejandro da Câmara Figueira, atendendo a que o membro seguinte da lista pediu também a suspensão. -----
2. Ausência do Deputado Municipal Manuel Nélio Vicente Pereira, (GMM), substituído pelo Deputado Municipal Sérgio Juvenal de Jesus Abreu (GMM); -----
3. Renúncia do mandato do Deputado Municipal Josué de Sousa Baptista (CDS/PP), substituído pelo Deputado Municipal Lino Ricardo Silva de Abreu (CDS/PP); -----
4. Ausência do Deputado Municipal Edgar de Freitas Gomes Silva (do PCP/PEV), substituído pelo Deputado Municipal Fernão Manuel Gonçalves Rodrigues (PCP/PEV). ----
5. Ausência do Deputado Municipal Roberto Paulo Ferreira Vieira (GMM), substituído pela Deputada Municipal Catarina José Ferreira Soares (GMM); -----
6. Pedido de suspensão de mandato do Deputado Municipal Francisco Manuel Freitas Gomes (PPD/PSD), pelo período de trezentos e sessenta e cinco dias a contar do dia um

JLs 70
V. B. B. B.

de janeiro do ano, substituído nesta sessão por Ricardo Jorge Alves Delgado (PPD/PSD) face à impossibilidade da presença do membro seguinte Rosa Maria Cravidão Gouveia de Oliveira; -----

7. Agradecimento da Senhora Presidente sobre a presença dos Senhores Deputados nas visitas às instalações da CMF, nos dias nove e vinte e três de janeiro e seis de fevereiro, e informação de que haverá uma última visita no dia vinte e seis de fevereiro. Agradecimento especial da colaboração e disponibilidade das técnicas superiores, Dra. Sandra Nóbrega e Dra. Catarina Pereira; -----

8. Convites endereçados à Presidente da Mesa da Assembleia: -----

- Concelebração Eucarística presidida pelo Cardeal Manuel Monteiro de Castro, em reconhecimento das Virtudes Heroicas da Irmã Maria de São Francisco Wilson, mais conhecida por Mary Jane Wilson, que teve lugar no dia dois de fevereiro; -----

9. Comemoração da nomeação do novo Cônsul Honorário da Noruega na Madeira, Andrew Zino, que teve lugar no dia seis de fevereiro; -----

10. Cerimónia da apresentação do Painel escultórico em Memória das Vítimas da Aluvião de vinte de fevereiro de dois mil e dez; -----

11. Cerimónia de comemoração dos quatrocentos e trinta e cinco anos da Freguesia de S. Martinho no próximo dia três de março, antecedida de uma missa solene no dia dois do mês referido; -----

12. Referência a diversos pedidos de intervenções, apresentados pelo PCP/PEV, os quais foram oportunamente dirigidos ao senhor Presidente da Câmara para os devidos efeitos; -

13. Referência à Moção relacionada com a defesa dos doentes Oncológicos apresentada pela Câmara Municipal de Elvas, a qual foi distribuída a todos os senhores Deputados, no sentido de que todas as Câmaras do País aprovassem uma Moção idêntica àquela que se passou naquele Município. -----

Não houve o período da intervenção do público. -----

-----**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

INSCRIÇÕES:-----

1. O senhor Deputado Municipal Gonçalo Nuno Pimenta Camacho, do CDS/PP, apresentou o seguinte Louvor: “Venho por este meio propor um voto de louvor ao jovem atleta Marcos Freitas pelo feito histórico de ganhar uma Taça da Europa na modalidade de Ténis de Mesa. Propomos no dia do Concelho do Funchal, a entrega de uma lembrança simbólica na categoria de desportista, como atleta exemplar e simultaneamente como embaixador do Ténis de Mesa, levando o nome do Funchal e da Madeira além-fronteiras.

Pediu a palavra, o Senhor Deputado Municipal Jorge Manuel Morais da Silva Reis, do PCP/PEV, dizendo concordar com a atribuição do mérito de louvor, o qual é bem merecido; que a prestação de Marcos Freitas na modalidade de Ténis de Mesa foi e tem sido meritória em diversos níveis. Tal feito é representativo para a modalidade e para o desporto português, associado à RAM e ao Funchal. -----

Neste seguimento questionou sobre o que se entende por “lembrança simbólica” a entregar no Dia da Cidade, considerando a hipótese de se proceder à entrega de uma medalha municipal, como forma de relevar o feito atingido. -----

---**A Senhora Presidente** colocou este ponto à votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade. -----

Não houve declarações de voto. -----

2. Usou da palavra o Senhor Deputado Municipal Paulo Bruno Rodrigues Nunes Ferreira, Presidente da Junta de Freguesia de S. Gonçalo, apresentando um protesto à posição do Presidente do Governo Regional relativamente às intempéries que assolaram o Concelho de Machico, que se transcreve parcialmente: “No passado dia dez de fevereiro, o Presidente do GR, Dr. Alberto João Jardim, instado a comentar o pedido de apoio da

16 71
Paulo

autarquia de Machico para fazer face às intempéries que assolaram o Porto da Cruz em novembro passado, declarou o seguinte: *"Aquilo que é da responsabilidade do Governo vai fazer"*. Mas, em relação aos equipamentos que estão na alçada da Câmara Municipal de Machico e da Junta de Freguesia do Porto da Cruz, o Presidente foi claro: *"O Governo não se mete (...), até para dar cumprimento ao voto dos cidadãos"*. A imprevisibilidade de ocorrência de aluviões que, nos últimos anos, têm acontecido na RAM de modo menos espaçado no tempo sem que seja previsível saber que localidade ou localidades afetará e que proporções terão, faz com que as populações se sintam inseguras e vulneráveis. O poder local, pela sua forma, é aquele que mais diretamente apura as necessidades das suas populações, quer pela proximidade destas com o Presidente da Junta, quer pelo próprio conhecimento do meio que o Presidente da Junta de Freguesia tem. Acresce ainda que esta é a mais direta forma de democracia, por ser este nível mais direto e próximo o contato eleito/eleitor (...). A exemplo do vinte de fevereiro de dois mil e dez em que o Estado Português colaborou e ajudou a Região em diferentes Concelhos, para que a vida dos madeirenses voltasse à normalidade, é-nos completamente incompreensível que o Presidente do GR assuma, publicamente, que o ocorrido no Concelho de Machico terá de ser tratado em diferentes níveis. Não percebemos, nem podemos pactuar com a chantagem exercida pelo senhor Presidente do Governo Regional, que, uma vez mais, demonstra ter uma visão muito deturpada do que é democracia e do que esta representa. É tempo de Mudança, é tempo de demonstrarmos que a política e quem está na política está para servir as populações e as pessoas prejudicadas por causas imprevisíveis. (...) O povo de Machico e os seus governantes merecem a nossa solidariedade, pois estão a braços com uma situação imprevista, estando, ademais, financeiramente, com os recursos esgotados pelos anteriores executivos. Por outro lado, para agravamento da situação de catástrofe, temos o sacudir de responsabilidades pelo Presidente do GR que, em atitude de represália e

persecutória aos governantes que não são da sua família política, abandona a população à sua mercê. Temos de demonstrar todo o nosso repúdio por esta atitude porque todos nós fomos eleitos pelas populações para servi-las e não para castigá-las por terem ousado mudar. Por conseguinte, os Presidentes de Juntas de Freguesia de São Martinho, São Gonçalo, Santa Maria Maior, Imaculado Coração de Maria e São Pedro (...) apresentam e submetem este voto de protesto contra as declarações discriminatórias e nada solidárias com a população de Machico do Presidente do Governo Regional, Dr. Alberto João Jardim, proferidas no dia dez de fevereiro, no Porto da Cruz". Mais disse: "Que fique aqui bem claro perante todos que, enquanto Presidentes de Junta a nossa preocupação são as pessoas. E, embora todos saibamos que a Natureza tem vontade própria, todos nós, podemos e devemos exigir, no dia em que o azar nos bata à porta, que o Governo Regional seja solidário com as nossas populações, independentemente das cores políticas das freguesias ou concelhos. Nestas situações o que importa é ajudar e ser solidário com as pessoas. A população é e tem de ser a preocupação dos eleitos para os diferentes órgãos executivos, seja em Machico, na Sé, na Calheta ou no Porto Santo e enquanto existir pessoas a sofrer e a necessitar de ajuda, temos a obrigação não só moral mas também material de ajudá-las".-----

---**A Senhora Presidente** colocou este ponto à votação, sendo o mesmo aprovado com vinte e seis votos a favor, sendo dezoito do GMM, cinco do CDS/PP, três do PCP/PEV e com catorze abstenções, sendo uma do GMM e treze do PPD/PSD. -----

Não houve declarações de voto. -----

3. A Senhora Deputada Municipal Herlanda Maria Gouveia Amado, do PCP/PEV, apresentou um voto de protesto contra a alteração do regime jurídico dos serviços municipais de abastecimento público de água, em consequência da aprovação por parte da Assembleia da República de legislação que estabelece o regime jurídico dos serviços

71572
Paula

municipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos, que modificou também os regimes de faturação e contraordenacional. No seu ponto de vista o novo regime representa mais uma ingerência do Governo da República na autonomia do Poder Local, pois retira aos municípios a capacidade de definirem eles próprios as taxas de abastecimento e de saneamento de águas e resíduos urbanos, abrindo caminho a mais privatizações de setores públicos essenciais às populações e à sua qualidade de vida e bem-estar. Referiu-se a pareceres emitidos pela Associação Nacional de Municípios Portugueses segundo os quais o novo regime poderá conflitar com a Constituição da República Portuguesa. O seu grupo municipal reafirma o mais veemente protesto contra as medidas de ingerência e desrespeito pela autonomia do Poder Local.-----

---**A Senhora Presidente** colocou este ponto à votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade.-----

Não houve declarações de voto.-----

4. De seguida a Senhora Presidente, ainda no período antes da ordem do dia, deu conhecimento da retirada da proposta de Resolução da Criação Prémio do Jovem Empreendedor, apresentado pelo CDS/PP, porque a mesma deverá ser precedida de um regulamento próprio nessa matéria.-----

5. A Senhora Presidente informou também que a proposta de Resolução apresentada pelo PCP/PEV, de Revogação do Plano de Pormenor da Praia Formosa, foi igualmente retirada por se ter entendido que este assunto merece uma atenção mais aprofundada, ficando assente que seria integrada numa futura ordem de trabalhos de sessão extraordinária da assembleia municipal.-----

Seguidamente a Senhora Presidente questionou se alguém pretendia usar da palavra, havendo mais inscrições.-----

6. O Senhor Deputado Municipal Lino Ricardo Silva de Abreu, do CDS/PP, no uso da palavra quis assinalar a passagem dos quatro anos após a tragédia de vinte de fevereiro de dois mil e dez, que marcou todos os Madeirenses. Disse que a data merecia ter sido lembrada pelo Governo Regional, mas não foi. Ao contrário a Câmara Municipal do Funchal, ontem, e bem, prestou uma homenagem justa, digna e merecida, às cinquenta e uma pessoas que perderam a vida naquela manhã trágica, que ficará na memória de todos nós. Talvez porque falta concluir obras fundamentais para a segurança da cidade ou porque o GR, em especial, procure fingir que nada aconteceu e não queira ser confrontado com as opções erradas que tomou no que respeita à utilização da Lei dos Meios, é mais fácil fingir que nada aconteceu, do que parar para refletir sobre o ocorrido e tomar medidas concretas. Coube à CMF homenagear as vítimas, transformando a data num dia de memória, para que anualmente se reflita sobre os erros anteriores à tragédia, procurando evitar repeti-los no futuro. Resta a esta Assembleia homenagear aqueles que perderam a vida, às centenas de famílias que ficaram sem os seus bens, mas também aqueles que, no dia vinte de fevereiro de dois mil e dez, bem como nos dias que se seguiram, trabalharam afincadamente para repor alguma normalidade na vida de todos nós. O grupo municipal do CDS/PP acredita que o dia vinte de fevereiro deveria ser assinalado anualmente pela edilidade, numa cerimónia na Assembleia Municipal. Citou o cineasta espanhol Luis Buñuel que dizia "ser preciso começar a perder a memória, ainda que se trate de fragmentos desta, para perceber que é a memória que faz toda a nossa vida. Uma vida sem memória não seria uma vida, assim como uma inteligência sem possibilidade de exprimir-se não seria uma inteligência." Os deputados do CDS/PP prestam na Assembleia Municipal do Funchal a sua sentida homenagem às vítimas, aos heróis de vinte de fevereiro de dois mil e dez e gostariam que a mesma fosse partilhada por todos os deputados municipais e por toda esta vereação. -----

JLS
73
Paulo

7. O Senhor Deputado Municipal Gonçalo Nuno Pimenta Camacho, do CDS/PP, usou da palavra sobre os seguintes aspetos:-----

7.1. Congratular-se pela presença de toda a vereação nesta reunião o que é um facto inédito nas reuniões da Assembleia Municipal; -----

7.2. Questionar se a Câmara foi consultada sobre a transferência do Edifício da Praça do Mar da Sociedade Metropolitana para a APRAM, no âmbito do diálogo entre o Presidente do Governo Regional e o Dr. Paulo Cafôfo, dizendo que município do Funchal tem dezassete e meio por cento do capital daquela sociedade e os municípios de Santa Cruz e Machico sete e meio por cento cada um, o que poderá significar a mesma proporção na responsabilidade pelas respetivas dívidas, tal como foi sublinhado pelo deputado do PS-Madeira, Carlos Pereira, aquando da discussão do diploma do GR que passa o Edifício da Praça do Mar, da Sociedade Metropolitana para a APRAM; -----

7.3. Denunciar as obras que o Governo Regional está a executar nas ribeiras de João Gomes e Santa Luzia com excesso de betonização e adulteração das características tradicionais dos muros e pontes; -----

7.4. Esclarecer a posição do executivo camarário sobre a alienação da empresa Horários do Funchal, uma vez que tem conhecimento de que os interessados privados são estrangeiros; -----

7.5. Esclarecer acerca da composição do Conselho Municipal da Cultura em face das notícias vindas a público da nomeação de assessores para o mesmo. -----

8. A Senhora Deputada Municipal Marisa Maria Pereira dos Santos e Costa, do PPD/PSD, usando da palavra referiu-se ao projeto "UrbArt", recentemente apresentado e submetido à reunião de Câmara. Congratulou-se por saber que a Câmara, nomeadamente a pessoa do Senhor Presidente, tem a Cultura como uma bandeira da sua intervenção. Da análise à implementação deste projeto questiona se a intenção não passará pela vontade

de ocultar determinados espaços da cidade, que se encontram degradados. Disse que, no seu ponto de vista, este é um projeto que carece de opinião de várias entidades públicas, privadas, urbanistas, arquitetónicas e oficiais, havendo necessidade duma concertação entre a CMF e estas demais entidades para que a sua implementação venha a ter resultados positivos. Frisou a necessidade de harmonia dentro da cidade e as cautelas a fim de não prejudicar o trânsito, nomeadamente provocando distração. Finalizou dizendo que de um modo geral o seu grupo municipal não é contra o projeto querendo apenas que seja um projeto bem feito, revisto e clarificado. -----

9. A Senhora Deputada Municipal Catarina José Ferreira Soares, do (GMM) disse que o GMM queria fazer três referências à Junta de Freguesia de Santo António. Primeira: situação da ligação do caminho pedonal (vereda com mais de cem anos) entre o Caminho do Salão junto à Porta vinte e três e a Ribeira Grande (Caminho das Próteas), em Santo António, onde foi colocada uma porta no respetivo acesso, bem como o caminho pedonal estar por limpar desde o temporal de vinte de fevereiro de dois mil e dez. Embora a Junta de Freguesia de Santo António tenha sido contactada, ainda não existiu ação concreta, existindo também, ao que parece, uma queixa formalizada por parte dos residentes na CMF. As justificações apresentadas para a colocação da porta não são aceites pela população, bem como aqueles que têm ligações diretas às residências ao caminho pedonal. Segunda: pedido de maior celeridade, por parte da CMF, do processo com o número trinta e dois mil cento e quarentena e sete de dois mil e treze, do senhor Leonel Carvalho de Freitas. Terceira: alertar a CMF relativamente às queixas contra as chaminés de churrascarias, muitas delas com mais de vinte anos e que só agora com a Mudança na CMF o pedido para a demolição das mesmas vem acontecendo, apelando assim, ao bom senso da CMF, visto que muitas destas situações são provocadas por mau relacionamento entre a vizinhança. -----

HS 74
12
Cacelotti

10. O Senhor Deputado Municipal João Valdemar Berenguer, do (GMM), usou da palavra para expor um assunto que se arrasta há anos, trazido várias vezes nas anteriores equipas, mas em relação ao qual nunca houve boa vontade de ser resolvido. No Caminho da Fé, na zona dos Barreiros, junto ao pavilhão dos Barreiros, existe um terreno aproximadamente com dois metros e meio de largura que é do domínio público que permitia aos residentes nas Escadinhas da Fé o acesso às suas casas. Nesse terreno foi colocado um portão de ferro por um senhor que era funcionário camarário e em consequência os moradores, atualmente têm que subir noventa e três degraus, independentemente das condições atmosféricas ou dos fardos que transportam. É sabido que estes terrenos, presentemente, pertencem ao BANIF, encontrando-se abandonados o que se torna um foco de insalubridade e de infiltrações de água nas moradias à partilha. Finalizou dizendo que se encontram presentes alguns dos lesados na sala que estavam dispostos a facultar toda a documentação que têm, a qual já foi apresentada em outras vezes à CMF, para obterem a resolução do seu problema.-----

---**De seguida, o Senhor Presidente da Câmara** interveio dizendo: "Em primeiro lugar e visto que no dia anterior passaram quatro anos após o vinte de fevereiro, é bom que tenhamos memória e que se lembre o que aconteceu, não numa perspetiva negra de relembrar acontecimentos tristes, mas acima de tudo de nos lembrarmos do que é necessário ainda fazer para evitar que catástrofes daquela natureza efetivamente ocorram. Já aqui foi evocado a questão da inversão de prioridades daquilo que foi a aplicação da Lei de Meios. A nosso ver, é inconcebível que passados quatro anos hajam e persistam famílias que ainda não têm a situação habitacional resolvida e essa deveria ter sido uma prioridade e não a intervenção, por exemplo, na Frente Mar, que para além de descaraterizar a nossa cidade, pode colocar, até porque existem pareceres nesse âmbito, a segurança da cidade em risco (...). Espero que não tenhamos daqui a quatro anos que falar de mais desgraças,

de pessoas por realojar. É preciso que no âmbito do Plano Diretor Municipal, e isso é um apelo que faço, na discussão que se vai iniciar tenhamos em conta as questões de Ordenamento para evitar que situações como aquela ocorram novamente. A cidade continua vulnerável. A cidade viu a sua vulnerabilidade aumentar, nomeadamente depois dos incêndios ocorridos no verão passado (...). Temos todos de pensar em soluções, tendo em conta que a cidade tem características devido à sua orografia que farão com que seja sempre uma cidade com riscos. Relativamente às questões colocadas pelo Senhor Deputado Gonçalo Pimenta, relativamente à Praça do Mar, a CMF apesar de ser acionista da Sociedade Metropolitana, não teve voto nessa matéria. Já fizemos chegar esse descontentamento à nova administração da Sociedade Metropolitana de modo a que sejamos esclarecidos, através da convocação de uma assembleia geral, no que diz respeito a toda aquela área, porque é uma área fundamental da cidade, que na verdade a própria autarquia está inibida de poder intervir. Aliás, podemos falar disso e das estradas que foram regionalizadas (...). É inconcebível que tendo o GR expropriado património municipal, é a CMF que continua a ter despesas com a sua manutenção desde semáforos, limpeza, etc. Já que o GR quer assumir, que assuma tudo porque não pode agora a CMF ficar impedida de intervir numa parte da cidade que é sua e que lhe foi, de uma forma impositiva, retirada. Queremos saber qual a intenção do GR para o futuro. Se esta é uma situação para se manter ou se é uma situação transitória e reversível. Não obtivemos resposta mas ficou o nosso repto e iremos tomar uma posição de força se, efetivamente, continuarmos a ter despesas em relação a estes espaços que nos foram retirados. Quanto aos Horários de Funchal, é nossa preocupação (...) a privatização da empresa. Reunimo-nos com a Senhora Secretária do Turismo e Transportes no sentido de saber em que ponto está todo o processo de privatização. Segundo nos foi dito o processo está quase concluído, faltando uma situação referente aos terrenos onde se encontra a sede da referida empresa. Na

1575
20
Ribeiro

nossa perspetiva a privatização irá prejudicar aquilo que é a mobilidade do Funchal e o serviço público dos transportes irá ser afetado. Aliás, ainda não foi privatizado e já temos verificado essa diminuição da qualidade do serviço, nomeadamente na redução das carreiras e sua frequência. Essa é uma das nossas preocupações, ainda agravada pelo facto de a CMF nunca ter sido ouvida nesta matéria. Se efetivamente a mesma avançar, a nossa posição é clara e fizemo-la chegar. Estamos a aguardar que chegue uma proposta por parte da Secretaria Regional do Turismo e Transportes. Que numa possível privatização a CMF tivesse participação num órgão da referida empresa, ou seja, além de no caderno de encargos ficar estipulado o que é o serviço público, que a CMF participasse porque não é possível uma empresa funcionar sem a intervenção da Câmara. Relativamente à questão do Conselho da Cultura, esclareço que esse Conselho não é um Conselho Municipal da Juventude, por exemplo, (...) é um Conselho Consultivo em matéria cultural de pessoas que foram escolhidas por mim de diversos sectores, de diversas áreas da cultura, desde o Teatro, Música, Cinema, Fotografia, Comunicação e Expressão Plástica. O objetivo é servir de suporte em termos de consulta daquilo que devem ser as políticas culturais para a cidade do Funchal. (...) É um órgão consultivo de apoio às políticas culturais para o Funchal. Em relação à outra questão colocada referente à cultura, não tínhamos a obrigação de apresentar em reunião de Câmara mas levamos para efetivamente envolver toda a vereação num projeto que não deve ser só nosso e sim de toda a cidade. Nunca existiu no passado este tipo de intervenções. Porque se olharmos para as intervenções que foram feitas na Rua de Santa Maria, veremos que temos ali portas de grande qualidade, mas temos outras portas que não têm a qualidade desejada para aquela zona. Essa é uma das nossas preocupações. Foi por isso que estabelecemos um Regulamento de que consta a constituição de um júri que terá naturalmente de ser formado por um artista plástico, um arquiteto, um urbanista, ou seja, pessoas que percebam da matéria e que possam avaliar

todas as propostas que sejam apresentadas de intervenção artística na cidade do Funchal e que nela se enquadrem. Não podemos ter intervenções feitas de uma forma arbitrária, queremos que sejam projetos bem elaborados e avaliados por um júri credível, e posso dizer que isso será garantido. Estão identificados cinquenta e cinco espaços, mas não quer dizer que esses espaços venham a ser intervencionados. Houve um levantamento e ficou um compromisso em reunião de Câmara, que tanto os espaços a serem intervencionados como a própria constituição do Júri serão aprovados pelo executivo camarário. (...) Este objetivo é de uma intervenção urbanística, estamos a falar de duas questões, ou seja, das paredes despidas e de espaços que estejam degradados. O mais importante é garantir a qualidade relativamente a essas intervenções. Houve aqui um problema evocado, sobre a questão de chaminé ou outras situações. A CMF ou qualquer outra autarquia tem por finalidade resolver determinados problemas, que resultam grande parte deles de desentendimento entre as pessoas e, por vezes, tem de servir de mediadores e utilizar a lei e os regulamentos de forma a repor determinadas situações. A Câmara funciona, por vezes, quase como um Julgado de Paz tentando resolver os problemas que surgem".-----

---**O Senhor Deputado Municipal Gonçalo Nuno Pimenta Camacho**, do CDS/PP, pediu um esclarecimento no sentido de saber se será ou não remunerada a participação dos membros do órgão consultivo para a área cultural, ao que o **Senhor Presidente da Câmara Municipal** respondeu que, como é evidente, não será remunerado explicando que se trata de uma tentativa de abertura à sociedade civil.-----

---**O Senhor Deputado Municipal António Domingos Sousa Abreu**, do PPD/PSD, também pediu um esclarecimento acerca desta questão, nomeadamente se se tratava dum órgão, tertúlia, um grupo de conselheiros ou dum grupo de pessoas que são convidados pela Presidência da CMF para assessorar diretamente o Senhor Presidente. É importante perceber o que é, porque do ponto de vista jurídico há implicações e, naturalmente, na

fls 76
R
Laukelb

decorrência de que não serão remunerados também a pergunta se estende, porque a questão da remuneração poderá ser direta ou indireta. Se se preveem as garantias da não participação desses elementos em eventuais processos concursais ou outros de aquisição e prestação de serviços nas ditas áreas, porque poder-se-ia incorrer numa situação de menor transparência e ainda numa lógica, que subscreve integralmente, de abertura, de envolvimento e de participação da cidadania. Julga que esses exercícios, com toda a legitimidade promovidos pela Presidência, poderiam ser ainda mais abertos e discutidos previamente no sentido de se alargar essa participação. -----

---**Seguidamente a Senhora Presidente** informou que houve uma pequena alteração na ordem de trabalhos. Em relação ao ponto oito, foi alterado para o quinto lugar, tendo sido informado, ontem, via e-mail, seguindo-se sucessivamente os restantes pontos.-----

-----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

Ponto um: Apreciar, nos termos do disposto na al. C) do nº 2 do artigo 25º do Anexo I à Lei nº 75/2013 de 12/09, a informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade desta e da situação financeira do Município remetida em cumprimento da al. y) do nº 1 do artigo trinta e cinco do mesmo Anexo. -----

---**A Senhora Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara**, que começou por fazer referência a cinco pontos em que o executivo se encontra a trabalhar. "O primeiro refere-se à Rede Social do Funchal, que carece de urgência, face à situação económica das famílias desta Cidade, provocada ou agravada pelas políticas do Governo da República, que aqui na Câmara e nas Juntas de Freguesia são mais notórias porque as pessoas recorrem a quem tem uma maior proximidade. Esta situação agravou-se pela péssima gestão do GR nos últimos anos o que levou à assinatura do PAEF. Por termos na Madeira uma dupla austeridade dentro daquilo que são as nossas competências enquanto Poder Local, temos de atuar. Uma das formas de atuação é a criação desta Rede Social do

Funchal, que possibilitará um diagnóstico e identificará todas as situações de âmbito social no Funchal, em articulação com as entidades existentes no terreno. Já existe o programa Câmara à Porta e iremos falar na comparticipação de medicamentos para idosos para além de Fundo de Emergência Social. A Segunda medida em que nos encontramos a trabalhar é no Orçamento Participativo. Queremos uma Câmara que seja próxima das pessoas, onde os cidadãos têm uma intervenção ativa e não passiva ou de meros espetadores. Por isso, a questão do Orçamento Participativo é muito mais do que disponibilizar uma verba do Orçamento da Câmara para ser decidida pelos próprios cidadãos e isto implica uma mudança de intervenção cívica e política nas matérias que são e dizem respeito à cidade. Os cidadãos terão oportunidade de escolher projetos para a sua cidade, mas acima de tudo o que queremos criar são hábitos de participação e intervenção. Já realizamos duas sessões de trabalho nesta matéria, uma no dia sete e outra no dia oito. Uma dentro da Câmara, para todos os departamentos, para todas as divisões, porque é fundamental a Câmara estar preparada para fomentar este projeto, e outra aberta à população, porque temos de envolver toda a sociedade. A terceira medida prende-se com a Agenda Digital Local, que já se iniciou. O objetivo é haver outro modelo de governação, com a participação e a intervenção de todos os cidadãos, para que haja mais agilidade e eficiência nos serviços prestados pela CMF. Abrir-se-á Loja do Município que será balcão único de atendimento para os munícipes, o que implicará uma alteração do modo do funcionamento desta Câmara, tornando-a mais ágil e eficiente, naquilo que são as respostas que os cidadãos necessitam e requerem à CMF. Em quarto lugar referiu-se à questão da Revisão do Plano Diretor Municipal, que será uma das matérias mais importantes neste mandato. O Plano Diretor Municipal atual é de mil novecentos e noventa e sete e deveria ter sido revisto em dois mil e sete mas só começou a sê-lo em dois mil e dez, tendo um prazo de dezassete meses que já foi largamente ultrapassado. Há um consórcio de empresas, que está a

f. 15 7 7
20
Pereira

elaborá-lo com os quais a Câmara já reuniu, sendo o PDM muito mais do que uma estratégica urbanística para a cidade. Falámos não só da natureza de urbanismo, mas também de uma natureza económica e social. Portanto, queremos que haja uma discussão e um debate para a cidade do Funchal. Este Plano Diretor Municipal será, relativamente aquilo que já foi o de mil novecentos e sessenta e nove, um marco muito importante para a cidade que implica a participação de todos os que representam as diversas forças políticas e acima de tudo a população. Podemos olhar para o PDM e termos uma visão fechada ou termos um PDM feito em consonância e em articulação com a sociedade e com a discussão daquilo que se quer para a cidade. Neste momento, ainda faltam entregar cinco pareceres e testar o próprio PDM através de simulação. Por último, sobre o acordo coletivo de entidade empregadora pública para a resolução da questão das trinta e cinco horas, foram recebidas as propostas dos diversos Sindicatos e elaborada a proposta da CMF, para serem apresentadas e discutidas na reunião, que se realizará na próxima segunda-feira".- Relativamente à situação financeira referiu: "Se repararem nos quadros que vos entreguei, em relação ao período do ano passado, temos de receitas mais um milhão de euros, e aqui está uma parte, que vem de dezembro, relativa ao IMI. Em despesas, estou a falar em pagamentos, temos menos relativamente ao período transato, e queria que analisassem isto numa perspetiva de lógica de caixa. Temos uma poupança corrente de um milhão e meio de euros. A dívida global da Câmara ascende os noventa e três milhões e meio de euros. Temos acordos de pagamentos com diversas entidades. O grosso são entidades tuteladas pelo GR ou o próprio GR. Estamos a falar do esforço que temos cumprido e vamos honrar estes nossos compromissos de pagar as dívidas, contudo temos entidades terceiras que nos devem. E aqui também se inclui o GR, que tem uma dívida no valor de vinte vírgula oito milhões de euros. Existe uma verba que nos preocupa, que é a verba do IRS, devida pelo GR, que ascende a cinco milhões de euros. Já tivemos uma reunião com o senhor

Secretário das Finanças, para que esta situação seja resolvida, porque não pode a CMF estar a fazer um esforço para pagar as suas dívidas e o GR não ter essa atenção, fazendo um acordo de pagamento para aquilo que nos devem.”-----

INSCRIÇÕES:-----

1. A Senhora Deputada Municipal Guida Maria Vieira Martins, do GMM, disse que em relação aos relatórios apresentados pelos Presidentes, tem sido uma “crítica ferrenha” desse tipo de relatórios. Referiu ter ficado muito satisfeita com os documentos sobre a situação financeira, salientando que o que foi apresentado é que é um Relatório. Não sendo ainda o ideal, dá para perceber o trabalho fundamental onde a Câmara está e tem estado envolvida. O resto é trabalho dos departamentos. Dos pontos do relatório situou as questões do PDM. “Tem havido muita polémica pública sobre o PDM. Tenho ouvido a opinião dos partidos da oposição e tenho acompanhado as respostas da Câmara. Mas, acho que, o que aqui está elucidada como é que o processo tem sido feito. A questão que nos é colocada é se aceitamos que o PDM seja encarado como um mero instrumento burocrático, ou se o PDM tem que ter um debate aprofundado para detetarmos o que realmente está mal, o que precisa de ser alterado e nos envolvermos todos nesse processo. E encararmos o PDM não como instrumento dos técnicos, engenheiros, juristas mas de todos, percebemos um pouco do que queremos para a nossa cidade. Enquanto cidadã e deputada municipal, quero envolver-me. Acho que todos nós, que fazemos parte deste coletivo, devíamos envolver-nos nesta discussão do PDM. Devíamos ficar contentes por termos a oportunidade, e realmente dar tempo para fazer debates, porque podemos ganhar no futuro. Já tivemos outro tipo de revisões precipitadas e deu no que deu. Basta olharmos para alguns Planos de Pormenor que já foram aprovados, como por exemplo o do Castanheiro e vemos como está a situação, os arredores estão numa desgraça. Devemos sim envolver-nos para ter um Plano para melhorar em todos os aspetos a nossa cidade.

f. 65 28
10
Paulo Sérgio

Outra questão que quero salientar é a dos trabalhadores, nomeadamente o envolvimento que a Câmara tem feito com os chefes de departamentos. Quero deixar aqui uma situação que me preocupa. É muito importante o trabalho ao nível das chefias, dos responsáveis dos departamentos, mas é muito importante que os chefes envolvam os trabalhadores dos diversos departamentos no trabalho e na nova perspetiva que a Câmara tem para o Município. Não podemos pensar que ao reunirmos os chefes de departamentos, o trabalho com o pessoal do Município está feito, é preciso essa envolvimento explicando e ouvindo as suas opiniões porque “desse pessoal” oiço muito. Por isso, deve haver a preocupação do executivo pedir e exigir às chefias que oiçam e expliquem as questões que estão em debate no Município. Por fim, a questão das trinta e cinco horas. Sei que no acordo com os Sindicatos vão estar em causa outras questões, mas a questão das trinta e cinco horas é muito importante. Há Câmaras que já fecharam o acordo com os Sindicatos e vejo que há finalmente aqui uma data, que é vinte e quatro de fevereiro, espero e faço votos que seja resolvida esta questão neste Município. É uma questão de justiça. Já basta os cortes salariais que os trabalhadores estão a ter nos seus ordenados e ainda se exigir para trabalhar mais sem receber mais. Esta questão é muito incentivadora e mobilizadora para os trabalhadores se envolverem na nova política de estar do Município”.-----

2. O Senhor Deputado Municipal António Domingos de Sousa Abreu, do PPD/PSD, usou da palavra agradecendo ao senhor Presidente a explanação do Relatório. Referiu: “Estamos longe daquilo que será um bom Relatório, mas regista-se essa vontade e estamos convencidos que, com o decorrer do tempo, teremos uma estrutura e uma melhoria relativamente àquilo que são os indicadores. Poderão inclusivamente estar sempre disponíveis em termos de informação, porque são indicadores estatísticos, os serviços podem carregar uma base de dados que depois dá a expressão a isto. Registamos as áreas que foram referidas. São obviamente áreas em que estamos todos de acordo, mas quero

dar alguns apontamentos a uma ou duas questões que abordou. A questão da Rede Social é fundamental nos tempos que correm, mas sempre foi necessário interagir e envolvermos, digamos que não é uma invenção recente nem uma criação nova. Há um espaço enorme para crescer, para melhorar e ser mais efetivo e criarmos mecanismos e formas de envolvimento, mas não tem sido essa a tendência. Porque uma das estruturas que efetivamente promove e que dá garantias de proximidade entre a Câmara e o cidadão é precisamente ao nível das Juntas de Freguesia. Apesar de no discurso dizer que quer muito o envolvimento das Juntas de Freguesia, o que se nota é que na prática está a transformá-las em meros recetáculos de pedidos e formulários. Do ponto de vista do envolvimento, da participação, do compromisso de proximidade está a afastar-se as Juntas de Freguesia, no nosso entender, e a enfraquecer aquilo que seria uma boa rede social. Também registamos que umas das áreas prioritárias, e que por isso tem o nome de Fundo Social e Emergência, tem merecido atenção. De resto nada mais acrescentar a não ser uma pequena observação sobre aquilo que disse relativamente ao instrumento que é o PDM, e aí, subscrevo na íntegra tudo o que disse e tudo aquilo que está subjacente às suas ideias, que consta na própria legislação. Podemos fazer melhor, mas não temos alcance para mudar a legislação. Exercícios recentes feitos em Portugal dizem que nos aspetos da participação pública, na elaboração dos Planos de Ordenamento do Território, Planos de Pormenor, de Urbanização, têm uma fraquíssima participação que se deve, digamos, a uma falta de consciência e falta de conhecimento. Mas, senhor Presidente pode contar connosco, estamos aqui para trabalhar". -----

3. O Senhor Deputado Municipal Rui Nuno Barros Cortez, do PPD/PSD, fez referência à questão do PDM em que o Senhor Presidente diz que "como Plano Diretor deve ser transversal a todos os setores da sociedade e é por isso que vai regredir em relação ao processo anterior e fazer um novo". Questionou porque parar com o anterior se o mesmo

15 79
10
Paulo Silva

era transversal a toda a sociedade, dizendo: “O anterior não auscultava todas as partes que legalmente era obrigado auscultar? A senhora deputada Guida Vieira diz para não fazer nada a correr, nem de forma célere, porque pode dar erros. Mas afinal foi lento o processo anterior? Ou foi apressado? Disse que se deve chamar as coisas pelos nomes e não vê problema nenhum o Senhor Presidente assumir e dizer claramente que quer deitar fora o Plano Diretor anterior e fazer outro! É legítimo. Como disse que é uma ideia para a cidade, a anterior vereação tinha uma ideia para a cidade e não foi avaliada como sendo boa ou má. Aquilo que for possível aproveitar do anterior, sem que atrase muito mais e que seja possível fazer neste mandato é para fazer. E há uma outra coisa, afirmou não gabar a sorte, do senhor Presidente em ter como vereador o Sr. Dr. Gil Canha. E porquê? Se o anterior vereador Gil Canha for igual ao atual vereador Gil Canha, espero que o Plano Diretor Municipal não seja para cumprir com uma agenda pessoal e derramar no PDM aquilo que são as suas ideias, aquilo que são as suas agendas pessoais e aquilo que são as suas vontades como político. É preciso ser um vereador de todos os funchalenses e com uma orientação política de bom senso. Disse que pode ser um problema com que eventualmente vai ter que lidar e que estará atento. -----

---De seguida foi dada a palavra ao Senhor Vereador Gil da Silva Canha que, em sede de direito de resposta, disse: “O nosso objetivo para o PDM é efetivamente criar um bom Ordenamento do Território na cidade do Funchal. A base da nossa economia são os nossos recursos naturais e graças ao PPD/PSD nos últimos trinta anos, o nosso património natural foi irremediavelmente destruído, basta olhar à volta e ver o que foi feito e os interesses ligados ao PPD/PSD. Não vamos deitar o PDM no lixo. O que vamos fazer é dar a nossa matriz em termos de política no PDM que está e é normal e legítimo. Agora, garanto ao Senhor Deputado que o PDM da cidade do Funchal, não irá nunca ser agenda pessoal do Senhor Gil Canha. Mas também lhe garanto que não será agenda pessoal dos grandes

interesses imobiliários, que poluíram a nossa cidade. Não será do Senhor Jaime Ramos ou do Grupo Sousa. Muita gente pensa que o regime foi só o Dr. Alberto Jardim, o regime da Madeira foi o regime das grandes empresas da construção civil, como na antiga União Soviética o complexo militar industrial que controlou tudo e que foi a causa do colapso do País. Não posso permitir e não vamos entrar mais na situação que seja a indústria da construção civil a criar as regras para esta cidade. As regras vão ser feitas com equilíbrio, ponderação e em que todos tenham os mesmos direitos e os mesmos privilégios, que antigamente só alguns tinham.” -----

4. A Senhora Deputada Municipal Herlanda Maria Amado Gouveia, do PCP/PEV, disse que em relação ao relatório, mormente no que diz respeito ao “Programa Câmara à Porta”, é apenas indicado que houve receção, análise e encaminhamento das candidaturas. Perguntou se é possível dar a indicação do número de candidaturas. Na sequência de um esclarecimento prestado há pouco sobre a empresa “Horários do Funchal”, disse que gostaria de saber se é ou não possível dar alguma informação sobre o desenvolvimento da questão do sítio das Lages, porque houve um grupo de moradores que foi à última reunião pública de Câmara que manifestou essa pretensão. Na sequência deste mesmo relatório referiu: “Há aqui uma informação prestada referente aos realojamentos que foram efetuados em que um deles é referenciado como sendo um caso de violência doméstica. Assim sendo, gostaríamos de saber quantos são os casos que estão identificados e qual o acompanhamento social dado a essas famílias, que infelizmente acabam por ser atingidas por esta situação. Na página trinta e nove, onde diz limpeza de terrenos baldios, já logo no início deste mandato o PCP/PEV fez um conjunto de perguntas. Temos semanalmente entupido o fax da Assembleia Municipal. E há uma das questões que gostaria de saber. Para quando a limpeza do terreno abandonado entre a Rua da Bolívia com a Avenida D. Teodoro Faria, porque tinham umas placas de proteção que atualmente não existem.

f. 65 80
Paula Silva

Depois, em relação a travessa da Rochinha há um alargamento que tinha sido reivindicado por parte dos moradores para terem acesso automóvel e essa questão foi colocada em maio. Apenas para terminar e para valorizar, na página oitenta e cinco do relatório que refere a colocação de espelhos parabólicos, agradeço essa colocação para evitar alguns acidentes”.

5. O Senhor Deputado Municipal Lino Ricardo Silva Abreu, do CDS/PP, usou da palavra dizendo: “Começo com as palavras finais do meu amigo Gil Canha que terminou e muito bem. O PDM não pode ser de determinados grupos económicos, mas também não pode ser de qualquer partido político. O PDM deve ser sustentado na participação dos munícipes do Funchal. Deve ser a imagem daquilo que os funchalenses pretendem para um futuro de uma cidade sustentável. Acho que foi benéfica esta alteração com o objetivo de se poder rever o PDM. Não me choca nada esta alteração de modo a que se possa melhorar e adaptar. O facto é que se passaram sete anos da data prevista para a sua Revisão. O Senhor Presidente disse, e muito bem, que este PDM já devia estar terminado em março dois mil e doze e hoje passado quase dois anos após o seu término, voltamos novamente à discussão. Pergunto por mais quanto tempo? Qual o “timing” que prevê o Senhor Presidente para o encerramento deste PDM? Como sabe, tanto como eu, o PDM é um instrumento de confiança, de expectativas que levam os investidores a calcular o seu investimento. E nada pior do que não ter uma data prevista para a conclusão deste instrumento, que é fundamental para uma cidade sustentável, económica e social. Não me preocupa a paragem para se rever e repensar e pô-la à discussão pública novamente. Preocupa-me saber prazos. Vamos demorar mais dois anos para terminar a Revisão do PDM? Vamos estar mais dois ou três anos para pô-la em prática? É esta a minha dúvida. Como é que esta alteração já se verificou, se foi feito um contacto com o consórcio, qual o custo que o Senhor Presidente prevê e se tem algum montante previsível para esta

alteração? Se o consórcio será o mesmo? No que toca aos pontos dois e três desta ordem de trabalhos é com regozijo que vejo uma Câmara com uma visão muito mais solidária. Essa já foi a posição do CDS/PP no mandato anterior em que achávamos que a Câmara devia ter uma componente mais solidária, foi melhorando aos poucos, mas terminado o mandato ficou muito aquém das nossas expectativas em termos solidários. A Madeira, a Região e especialmente o Funchal vivem problemas sociais traumáticos, cinquenta por cento da nossa população está no Funchal e infelizmente também os desempregados, uma população que está com problemas gravíssimos em termos sociais. Por isso é com satisfação que vejo algumas iniciativas levadas a efeito por esta Câmara, que pouco mais tem de quatro meses de atuação e que tem uma matriz virada para a componente social, que é isso que os funchalenses esperam e que aguardam de nós”.-----

6. O senhor Deputado Municipal Ricardo Jorge Alves Delgado, do PPD/PSD, fez a seguinte intervenção: “Em relação à questão do PDM, até agora o que foi feito, aquilo que a lei nos diz e que a Câmara poderá vir a fazer novamente, foi o direito de participação que compreende a possibilidade de formalizar sugestões e pedidos de esclarecimentos. Durante este período em que estivemos a rever este PDM, a Câmara, salvo erro, selecionou cerca de trezentas sugestões para a sua elaboração. Se isto é envolver a população ou não, se temos tido alguma discussão pública ou não, desconfio que por muito esforço que haja, que se consiga ter novamente trezentas sugestões, trezentas participações de trezentos e três munícipes. A fase em que se discute o PDM é a da discussão pública e era essa que se iniciava agora. Não percebemos porque é que se volta atrás! Significa retroceder dois anos e meio e, eventualmente, deitar o contrato que custou meio milhão ao lixo. Significa indemnizar a empresa que está neste momento a elaborar o PDM e fazer novamente novo contrato e, aí, já não vão ser dois anos e meio, provavelmente serão mais quatro anos para chegarmos à fase em que hoje estamos. A Revisão de um PDM anda à

Fls 81
12
Raulo

volta de sete anos, daí ser natural que um único executivo não o consiga fazer. Por isso o anterior executivo decidiu passar o período de eleições e deixar para o novo executivo a fase de discussão pública. Este executivo estava mandatado legitimamente para levar este PDM à discussão pública e introduzir as alterações que achasse convenientes.” -----

7. O Senhor Deputado Municipal Eduardo Pedro Welsh, do GMM, disse ter acompanhado a execução do PDM e verificado que o mesmo foi feito por um gabinete técnico, não tendo havido, até agora, qualquer debate. Terá o mesmo de existir e ser aberto antes de ter uma solução final, seguindo depois a fase da discussão pública. Julga que é isso que o senhor Presidente pretende, que é haver um debate mais abrangente. -----

---**O Senhor Deputado Municipal Ricardo Jorge Alves Delgado**, do PPD/PSD, em direito de resposta disse: “O que o Senhor Deputado pretende é proibido por lei. Nem este, nem o anterior executivo, pode, antes de avançar para discussão pública, mostrar o projeto do Plano Diretor Municipal. Só o poderá fazer aquando da discussão pública, porque tal iria dar origem a especulação imobiliária. É por isso que o projeto/ plano deve estar trancado na Câmara, não deve ser de acesso público até começar a discussão pública, só depois é que todos os munícipes devem ter acesso. Sobre aquilo que o executivo pretende fazer que é alargar a discussão sobre os princípios gerais e orientadores do Plano, é que parece um pouco diferente. Gostava de recordar duas ou três situações. O anterior executivo começou a redação deste Plano em agosto de dois mil e dez. Nessa altura a cidade estava a acabar de se recuperar do primeiro embate do vinte de fevereiro, estando a Câmara com a redação de um conjunto de documentos que faziam um diagnóstico muito sério daquilo que era para cidade em relação aos seus riscos, nomeadamente o Plano Municipal de Emergência. Perdemos a oportunidade neste momento de avançarmos com este PDM que está com todos os riscos estudados a nível do Plano Municipal de Emergência, por técnicos e docentes da nossa Universidade da Madeira, por técnicos e cientistas vindos de

Universidades de fora, que têm plasmado outros estudos encomendados de empresas de engenharia, provavelmente as melhores que temos no País, estudos da Universidade do Porto, Coimbra e Lisboa. Temos um Plano que, sem dúvida alguma, tem e garante a segurança da cidade. Estamos neste momento a atrasar a sua elaboração, durante dois anos e meio, na melhor das hipóteses, ou eventualmente quatro anos. Com os custos financeiros que isso representa, pergunto se é esta de facto a melhor solução para a cidade.”-----

8. O Senhor Deputado Municipal Gonçalo Gomes de Sousa Aguiar, Presidente da Junta de Freguesia do Imaculado Coração de Maria, no uso da palavra, disse que a razão da sua intervenção é para informar a Assembleia da ação que a Junta do Imaculado Coração de Maria fez relativamente à passagem de autocarro nas Lajes, questão que foi levantada pela Senhora Deputada Herlanda. “Foi feito um teste nas Lajes pela empresa “Horários do Funchal” na altura pré-eleitoral que criou grande expectativa nas populações, que têm exigido a passagem naquele local. Inclusivamente o PCP/PEV tem feito algumas ações nesse sentido. Foi aprovado em Assembleia de Freguesia que, através do executivo da Junta, fosse verificada a possibilidade de passar lá o autocarro. Houve uma reunião com aquela empresa de transportes, que alegou razões de segurança para o mesmo não passar, nomeadamente na parte final da Rua. Mesmo assim, o executivo apresentou uma alternativa que está a ser analisada pela referida empresa, e tentará fazer um inquérito na zona para saber da sua viabilidade.”-----

---**Seguidamente a Senhora Presidente** concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara que, dirigindo-se à senhora deputada Guida Vieira, disse compreender a preocupação sobre o envolvimento de todos os funcionários da Câmara, sendo essa também a preocupação da Câmara. Neste contexto acrescentou: “Nunca como agora se envolveram tanto os funcionários e temos feito reuniões de trabalho com as chefias.

fls 82
10
Paulo B. M.

Estamos a falar de lideranças de modo a que fosse dado conhecimento daquilo que são as ideias da nossa ação como executivo, para que isso possa ser bem executado por todos os funcionários, envolvendo toda a gente. A questão das trinta e cinco horas é uma questão que, obviamente, subscrevo e faz parte daquilo que queremos, estando certo de que seremos bem-sucedidos nesta matéria. Houve a apresentação das propostas, ouvimos todos os departamentos da Câmara, porque há serviços específicos e torna-se necessário verificar como se adequavam a esta nova situação. Agora estamos em condições de discutir e chegar a um acordo com os diversos Sindicatos." -----

Dirigindo-se depois ao Senhor Deputado Domingos Abreu, referiu: "Gostava de dizer em relação ao PDM, que subscrevo aquilo que disse relativamente às ideias e ao que deve ser executado, não subscrevendo, contudo, o que disse o Senhor Deputado Ricardo Delgado. Recordo que, durante a campanha eleitoral, houve dentro do próprio PPD/PSD muita pressão para que o PDM fosse aprovado antes das eleições. E nós e o CDS/PP, aliás o senhor Vereador José Manuel Rodrigues, inclusive, chegou a enviar uma carta ao Senhor Presidente da Câmara, o meu antecessor, no sentido de isso ser evitado, e não foi por acaso. Estamos a falar de uma situação onde havia alguma celeridade em aprovar o PDM. Ainda bem que a anterior vereação colocou travão e a situação não avançou. Não queremos que haja um PDM exclusivo da Mudança, porque criticávamos que houvesse um PDM exclusivo do PPD/PSD. Temos as nossas ideias, temos e queremos a nossa matriz. Agora o que queremos é uma pausa para pensarmos naquilo que é realmente necessário fazer, para envolver toda a sociedade. Queremos envolver todos, as ideias de todos os cidadãos e munícipes, isso é que nos importa. É este o nosso objetivo. Não basta dizer que foram entidades que obrigatoriamente têm que ser auscultadas, nem dizer que houve trezentas sugestões, é muito mais do que isso. Estamos aqui a falar de linhas estratégicas para cidade e achamos que não foi devidamente acautelado. Agora, sabemos que o

PPD/PSD está preocupado com essa velocidade, porque na verdade o PDM só começou a ser trabalhado em agosto de dois mil e dez, e temos um outro com o prazo até dois mil e sete, havendo um problema muito grande. Houve um atraso em todo o processo mesmo a partir de dois mil, contudo não digo que todos os atrasos são da responsabilidade da anterior vereação, porque os pareceres também atrasam todo o processo. Há aqui duas visões claras. Alguns querem que efetivamente isto fique só do domínio técnico sem haver o debate da cidade que queremos. E outros querem abrir esse debate para poderem discutir a própria cidade. Há uma preocupação com os prazos e não queremos prolongar. Neste momento já houve uma reunião com o consórcio e estamos a analisar em termos de prazos a situação. Houve um compromisso em reunião camarária em articulação com o próprio consórcio. Não podemos ter pressa para não cometermos determinados erros que foram cometidos no passado. Não queremos deitar o trabalho feito ao lixo. A nossa intenção é refletirmos todos naquilo que lá está e naquilo que pode ser acrescentado ou alterado relativamente às estratégias que estão ali delineadas". -----

Relativamente à questão colocada pelo Senhor deputado Domingos Abreu sobre a Rede Social, afirmou que a mesma não existe neste momento. Existem diversas entidades que prestam apoio e têm uma ação social. O envolvimento das Juntas de Freguesia não é neste momento o que desejamos. Estamos num período de estudo, de freguesia a freguesia para serem realizados os acordos de execução. Com a nova lei há aqui a questão de transferência de competências e claro que cada freguesia é uma freguesia, porque tem uma realidade social, económica e até em termos de infraestruturas diferentes umas das outras. Há que fazer este estudo. Há uma deliberação da Câmara do dia de ontem, de um acordo de execução e aqui está tudo preto no branco do que deve ser o envolvimento concreto das freguesias, não só de palavras mas de atos e ações, valorizando aquele que é o papel do Poder Local. -----

f.15 83
10
Rui Barros Cortez

Quanto à situação colocada sobre as Lajes, o senhor Presidente da Junta de Freguesia já esclareceu esse assunto. -----

---**O Senhor Deputado Municipal Rui Nuno Barros Cortez**, do PPD/PSD, solicitou um esclarecimento ao Senhor Presidente, sobre uma acusação, que em seu entender é grave, relativamente ao PDM de que o anterior teria sido desenvolvido para ser o PDM do PPD/PSD e que este novo PDM seria mais abrangente para que toda a gente fosse ouvida. Disse: "Não posso aceitar estas acusações. O senhor Presidente tem de deixar de fazer acusações. Pergunto, em concreto, em que pontos, qual a infração à legislação que este PDM incorreu e onde vislumbra de que ele era o PDM do PPD/PSD? Solicito que o Senhor Vereador José Manuel Rodrigues partilhe a resposta que recebeu a essa sua carta para que o PDM não fosse aprovado." -----

---**O Senhor Vereador José Edgar Marques da Silva** usou da palavra relativamente à pergunta colocada sobre a violência doméstica. Referiu: "É uma preocupação que temos mesmo em volta da rede social que atuam no concelho do Funchal. Houve uma reunião com a Associação Presença Feminina onde foi falado em setenta e oito casos de violência doméstica que estavam a ser acompanhados pela respetiva Associação. No primeiro semestre de dois mil e treze, em toda a RAM foram quatrocentas e noventa e três pessoas referenciadas a essa situação. A Câmara não atende pessoas vítimas de violência doméstica, colabora em afastar do agressor a família, mas deveria ser precisamente o contrário. A Lei é aquela que temos. É preciso fazer um diagnóstico social do Funchal, virado para esse sector para podermos desenvolver um plano de desenvolvimento social adequado ao nosso Concelho. Estamos a tentar criar ferramentas dentro dessa Rede Social e vamos implementar a Agenda Digital que será fantástica ao nível de fluir toda a informação, potenciando-se energias e recursos, tornando-se mais eficiente. Em relação à violência doméstica o que interessa é retirar rapidamente aquela família e encontrar um

apartamento. Deveria haver uma bolsa de apartamentos livres para atender e acudir na hora exata e evitar aquelas situações como homicídios, mas não há nem para satisfazer a grave crise habitacional que o Funchal agora atravessa. Temos mais pedidos até a nível de empresários com situações de insolvência, com as suas famílias completamente desajustadas e revoltadas porque, de repente, perderam tudo e não têm direito nem acesso a nada. Estou preocupado e vou tentar saber alguns números que a "SocioHabitaFunchal" tem em relação a alguma violência doméstica dos nossos bairros. As Associações dentro da rede social são atores importantíssimos que connosco podem colaborar, Presença Feminina e Associação de Apoio à Vítima. Se tivermos um meio de comunicar rapidamente, estarmos a trabalhar quase todos os dias Online, conseguimos resolver os problemas de forma rápida e eficaz e a autarquia fará tudo para que isso aconteça."-----

---**A Senhora Presidente** seguidamente deu a palavra ao **Senhor Vereador José Manuel Rodrigues**, que quis confirmar que realmente, enquanto candidato à CMF, sugeriu por carta escrita no Verão do ano passado à anterior vereação, na pessoa do Senhor Presidente Dr. Miguel Albuquerque, que a discussão pública do Plano Diretor Municipal ficasse para depois das eleições autárquicas. Que, recebeu uma missiva no sentido de ser aceite essa sugestão e que a discussão pública ficaria para a nova vereação saída das eleições de vinte e nove de setembro de dois mil e treze.-----

---**O Senhor Presidente da Câmara** usou da palavra dizendo que o que pretende é que seja um documento de qualidade, bem feito e com a participação e envolvimento de todos. Isto é um princípio que gostaria de ver executado à semelhança do que disse o Senhor Deputado Domingos Abreu, que não quer que isto seja feito num círculo fechado. A verdade é que os entendimentos divergem do que é círculo fechado e daquilo que deve ser a construção de um PDM. De certeza que temos diferenças substanciais nessa matéria. E o que não quer é que um PDM como o anterior onde foi necessário realizar Planos de

fls 84
12
Pauze

Pormenor para colmatar determinadas ilegalidades ou determinadas situações relativamente ao Plano Diretor Municipal. Existem ideias diferentes para a cidade, mas com certeza que todos queremos o seu melhor. E, nesse sentido será apresentada uma proposta e uma estratégia com "timings", de modo a que termos um bom PDM. -----

Ponto Dois: Discutir e votar a autorização para financiamento a curto prazo para o ano de dois mil e catorze proposta pelo executivo, alínea f) do número um do artigo vigésimo quinto do Anexo I à Lei setenta e cinco de dois mil e treze de doze de setembro. -----

---A Senhora Vice-Presidente da Câmara, Filipa Jardim Fernandes, no uso da palavra prestou informação sobre este empréstimo, dizendo que é uma conta caucionada com o prazo apenas de um ano, tendo que chegar ao final do ano a zeros, e o seu objetivo é apenas para ocorrer a eventuais dificuldades de tesouraria. Informou ainda que não está a ser ultrapassado o limite de endividamento. -----

INSCRIÇÕES:-----

1. O Senhor Deputado Municipal Rui Nuno Barros Cortez, do PPD/PSD, usando da palavra disse que realmente as pessoas evoluem. Que em anteriores decisões da vereação para esta conta caucionada recebiam a reprovação do PS e de alguns partidos da oposição e agora, naturalmente, propõem o mesmo, porque é uma gestão corrente que muitas vezes não chegava a ser usada a caucionada na sua totalidade. -----

2. A Senhora Deputada Municipal Micaela Gomes Camacho, do GMM, disse que, de facto, trata-se dum procedimento normal, comum nesta Câmara durante todos estes anos. Teve o cuidado de ir ver as outras atas e considera que o referido pelo Senhor Deputado Cortez não corresponde à verdade. O que aconteceu em dezembro de dois mil e doze, sessão na qual não participou, o sentido de voto da oposição foi o de abstenção. -----

---A Senhora Presidente da Assembleia colocou à votação o segundo ponto da ordem de

trabalhos, referente ao financiamento a curto prazo para o ano de dois mil e catorze proposto pelo executivo no montante de três milhões e meio de euros, nos termos da al. f) do nº 1 e nº 4 do artigo 25º do Anexo I à Lei 75/2013 de 12/09, sendo o mesmo aprovado por unanimidade. -----

Declarações de voto: -----

1. O Senhor Deputado Municipal Carlos Alberto Rodrigues fez a seguinte Declaração de Voto: "O PPD/PSD votou favoravelmente demonstrando a forma responsável como faz oposição, ao contrário do que a Senhora Deputada disse há pouco. E a abstenção é sempre a forma airosa de sair, quando se concorda e não se quer dar a cara. Concordamos, é uma boa medida de gestão, achamos que é necessário, por isso votamos favoravelmente."-----

---**A Senhora Presidente da Assembleia** disse que a sessão seria interrompida para o almoço e iriam ser retomados os trabalhos às catorze horas. -----

---Após o intervalo do almoço, os trabalhos foram reiniciados, com o ponto três da ordem de trabalhos. -----

Ponto três: Designar o cidadão para integrar a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, artigo décimo sétimo da Lei cento e quarenta e sete de mil novecentos e noventa e nove de um de setembro.-----

1. O Senhor Deputado Municipal Donato Paulo Vares Macedo (do GMM), usando da palavra, propôs a cidadã Valentina Patrícia Silva Ferreira, para integrar a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em representação do Município, em cumprimento do estabelecido no artigo 17º da Lei nº 147/99 de 01/09, apresentando uma declaração e identificação da visada, revelando a sua total disponibilidade e uma pequena súmula do seu currículo e atividades, para apreciação da Assembleia. Disse querer apenas referir as características académicas assim como a experiência no terreno, apesar de ser uma pessoa jovem, do seu trabalho desenvolvido e que continua a desenvolver na Região através do

f 15 85
10
Rauverson

projeto de escrita fantástica.-----

2. O Senhor Deputado Municipal Américo João da Silva Dias, do CDS/PP, interveio dizendo que não está em causa as duas propostas apresentadas pela GMM e pelo PPD/PSD. Embora não conhecendo a pessoa proposta pela GMM mas conhecendo a pessoa indicada pelo PPD/PSD, a especificidade da pessoa que vai representar a AM na CPCJ é uma posição importante, iminentemente técnica, porque se trata de uma comissão específica com uma legislação própria e é importante que a sua representante seja conhecedora da realidade, não só da legislação mas também da realidade da população, nomeadamente das crianças e dos jovens em risco. O ideal, na sua opinião, seria uma pessoa com experiência no terreno. -----

3. O Senhor Deputado Municipal António Domingos de Sousa Abreu, do PPD/PSD, salientando que estavam a escolher uma pessoa que possa representar a AM, referiu: "Quando fazemos uma proposta é indiscutível que escolhemos a pessoa que pode melhor fazer esse papel. Acrescentamos contudo que, na perspetiva da democracia e da pluralidade, envolvimento e participação, a Assembleia Municipal terá que refletir e escolher em consciência por voto secreto, enquanto Assembleia e enquanto representação. São esses os argumentos que nos levam a propor a Deputada Municipal Raquel João Martins da Silva, que integra o quadro do Gabinete do Secretário Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais desde 2004, e a partir de janeiro de 2008 até à presente data exerce funções dirigentes na Direção Regional de Estradas da Vice-Presidência do Governo Regional. De 2002 a 2008 exerceu advocacia, onde acompanhou processos de adoção, de abuso de menores, entre outras matérias. Desde o ano transato pertence à Direção do Centro Paroquial de Santo António, o qual comporta a valência de apoio às mulheres vítimas de violência doméstica".-----

4. A Senhora Deputada Municipal Micaela Gomes Camacho, do (GMM), esclareceu que

esta comissão já é representada por alguns elementos da Assembleia Municipal e que a proposta da Mudança é uma demonstração de abertura à sociedade.-----

---**De seguida o Senhor Deputado Municipal Américo João da Silva Dias**, do CDS/PP, questionou quem eram os elementos das assembleias anteriores que representavam a AM, ao que o Senhor Deputado Municipal Sérgio Juvenal de Jesus Abreu, do (GMM), relativamente à questão colocada, informou que esta AM é representada por três elementos na comissão alargada. Disse ainda que a presente votação se prende com o facto de um elemento da comissão ter ultrapassado o tempo legal de permanência, pelo que tem de ser substituído. Esclareceu que dos três elementos que a AM indicou, no passado recente, um é a Dra. Gabriela Fernandes, outro ele próprio e o terceiro será hoje eleito. -----

---**A Senhora Presidente** informou que foi apresentada uma proposta (identificada pela letra "A") pelo GMM que indica a cidadã Valentina Patrícia Silva Ferreira; e uma outra (identificada pela letra "B") pelo PPD/PSD que indica a Deputada Municipal Raquel João Martins da Silva. -----

---**A Senhora Presidente** colocou este ponto à votação por escrutínio secreto em urna. Estavam presentes na sala quarenta e um membros da assembleia devido à saída antecipada (pelas 13.00h) dos Senhores Deputados Marco Fernandes e Lívio Rómulo Soares Coelho, ambos do PPD/PSD. Porém feita a contagem dos votos depositados na urna, sendo escrutinadores os deputados Lino Abreu do CDS/PP e Valdemar Berenguer do GMM acompanhados da 2ª secretária da Mesa e da funcionária de apoio à assembleia, verificou-se que os mesmos totalizavam quarenta e três. Assim a Senhora Presidente da Mesa, lamentando o sucedido, anunciou que seria necessário repetir a votação. Na segunda votação verificou-se que a Presidente da Junta de freguesia do Monte, Maria Idalina Silva (PPD/PSD), não havia respondido à chamada nem tão pouco depositado o seu voto em urna pelo que teve de ser novamente chamada a fazê-lo. Depois passou-se

f. 15 86
10
Belbut Gonçalves

mais uma vez à contagem dos votos, com os mesmos escrutinadores, secretária e funcionária da assembleia, obtendo-se, então, os seguintes resultados: proposta "A" (GMM) com vinte e dois votos a favor, sendo eleita a cidadã indicada pelo GMM, Valentina Patrícia Silva Ferreira; proposta "B" com dezasseis votos a favor, tendo-se apurado ainda três votos em branco. -----

Declarações de voto: -----

1. O Senhor Deputado Municipal António Domingos de Sousa Abreu, do PPD/PSD, fez a seguinte declaração de voto: "Pelo facto de terem aparecido votos a mais na primeira votação quero que fique em ata que a segunda votação não cumpriu aquilo que deveria, em termos de assegurar o voto secreto, porque o último voto que foi realizado mal chegou à mesa, não entrou na urna e foi aberto, por isso deixou de ser secreto." -----

2. O Senhor Deputado Municipal Ricardo Jorge Alves Delgado, do PPD/PSD, informou que gostaria de lamentar a forma como a Senhora Presidente está a dirigir estes trabalhos.-

Ponto Quatro: Designar o membro do júri do Prémio Voluntariado - artigo 8º do Regulamento de 29/12/2012. -----

---**Seguidamente a Senhora Presidente,** informou que havia duas propostas, uma do GMM identificada com a letra "A" indicando a Senhora Deputada Paula Cristina Mourinho Belbut Gonçalves e outra proposta do PPD/PSD que será identificada com a letra "B" indicando a Senhora Deputada Marisa Maria Pereira dos Santos e Costa.-----

---**A Senhora Deputada Municipal, primeira secretária, Paula Cristina Mourinho Belbut Gonçalves,** interveio dizendo ser para ela uma enorme honra ter sido indicada pelo GMM para membro do júri do "Prémio de Voluntariado-Funchal", por ter, de facto, um percurso ligado ao voluntariado, não como um ato meramente assistencial, mas como um exercício de solidariedade e de cidadania ao qual vem dedicando anos da sua vida. Disse que iniciou o voluntariado com apenas treze anos de idade no centro de reabilitação de paralisia

cerebral Calouste Gulbenkian e no apoio a crianças e jovens da obra do Padre Américo, a conhecida Casa do Gaiato. Na Madeira, fez voluntariado no Centro de Acolhimento de São Tiago sendo também sócia do Núcleo Regional da Madeira da Liga Portuguesa Contra o Cancro. Na área ambiental, colabora com o grupo Madeira em Transição, fazendo intervenções em terrenos agrícolas. Faz parte do programa AFS intercultural, recebendo jovens de outras nacionalidades, promovendo a sua integração na família, na escola e na cultura da comunidade. -----

---**A Senhora Presidente** colocou este ponto à votação por escrutínio secreto em urna, sendo escrutinadores os deputados Lino Abreu do CDS/PP e Valdemar Berenguer do GMM acompanhados da 2ª secretária da Mesa e da funcionária de apoio à assembleia, obtendo os seguintes resultados: proposta "A" (GMM) com vinte e quatro votos a favor, sendo eleita a indicada deputada Paula Cristina Mourinho Belbut Gonçalves; proposta "B" com onze votos a favor, tendo-se apurado ainda cinco votos em branco. -----

---Seguidamente a **Senhora Presidente** disse que conforme previamente acordado na conferência de representantes municipais, foi alterada a ordem de trabalhos sendo discutido de seguida o ponto oito relativo ao regulamento que define os princípios e as regras inerentes à organização e funcionamento da universidade sénior do Funchal. Os pontos cinco, seis e sete da ordem de trabalhos foram remunerados para seis, sete e oito.

Ponto Cinco: Discutir e votar a proposta de "Regulamento que define os princípios e as regras inerentes à organização e ao funcionamento da Universidade Sénior do Funchal"- alínea g) do nº 1 do artigo 25º do Anexo I à Lei nº 75/2013 de 12/09.-----

---Tomando a palavra, o **Senhor Vereador José Edgar Marques da Silva** disse que ao integrar o executivo deparou-se com o facto do controlo da Universidade Sénior ser feito pela Vereadora do pelouro, determinando o funcionamento da mesma. Daí a necessidade de criar um Regulamento onde se defina o papel dos direitos e deveres dos professores e

Fls 87
Roubelle

alunos, a auscultação das preocupações dos seniores, garantindo uma autonomia quase total à universidade sénior. -----

INSCRIÇÕES: -----

1. O Senhor Deputado Municipal José Juvenal Nunes Rodrigues, do GMM, disse que antes de entrar propriamente neste ponto, gostaria de introduzir um breve preâmbulo. Como acérrimo defensor da estabilidade social da sua terra e dos mais desprotegidos que nela vivem, regista com agrado a nova forma de fazer política, levada a cabo por esta Câmara, após as eleições de vinte e nove de setembro de dois mil e treze. A arrogância do quero posso e mando, sempre de costas voltadas para as pessoas está a dar lugar a uma nova geração de políticos com uma mente mais aberta, mais sensível às políticas sociais e com outra forma de ver as coisas, indo ao encontro dos anseios e preocupações dos cidadãos. Disse acreditar que se mais não faz é porque as condições financeiras, infelizmente não o permitem. O “regabofe” que se verificou até aqui com obras megalómanas e o esbanjar de dinheiros públicos está a dar lugar a orçamentos com cabimento, mais pensados e mais distribuídos. O executivo camarário, na pessoa do Senhor Presidente e Vereadores, está a dar corpo a uma nova forma de fazer política até agora desconhecida pela população madeirense. Uma política virada para os funchalenses, uma política que embora com as limitações financeiras impostas pelos devaneios antes praticados leva, pelo menos, uma esperança a quem dela necessita. Uma política que olha nos olhos das pessoas que são a razão de ser de qualquer sistema político. Sem elas não há partidos políticos e jamais haveria eleições. Daí é fácil a qualquer político, minimamente inteligente, compreender que as pessoas estão primeiro. Muito sinceramente, sem demagogias partidárias, em conversas de rua ou de café ouve as pessoas a comentar: “agora sim, pelo menos vemos que alguém cumpre as promessas após as eleições, o Presidente da Câmara tem olhado para os mais necessitados, esta mudança deveria ter acontecido há mais tempo”. Na verdade a Câmara

Municipal pouco tem feito, limitada pelo tempo e pela situação financeira mas, o pouco, para quem estava habituado a não ter nada, é sempre muito. A seu ver a área da ação social tem sido a mais intervencionada, e ainda bem, porque é, entre tantas, a mais necessitada. Têm sido assinados protocolos com as associações de deficientes, com os bombeiros e com o desporto amador. Continuou dizendo: "Ainda esta semana a comunicação social noticiava que a CMF, num gesto de boa vontade e da mais elementar cidadania, havia cedido um espaço no Mercado dos Lavradores para que os sem-abrigo, em vez de comerem pelos cantos da cidade, fossem ali fazer as suas refeições, dando-lhes assim um pouco de dignidade. Ontem o Senhor Presidente Câmara inaugurou um painel comemorativo no Mercado dos Lavradores em memória dos cinquenta e um cidadãos mortos e desaparecidos com a aluvião de vinte de fevereiro de dois mil e dez. Uma singela e simples homenagem mas que serve para a população sentir que os eleitos se lembram dos eleitores. Sobretudo daqueles que partiram prematuramente, quiçá pela incúria dos governantes. Estamos agora a discutir o ponto cinco da ordem de trabalhos, mais uma iniciativa que pretende criar a Universidade Sénior do Funchal. Penso que não será pretensão da Câmara formar mais doutores para aumentar a fila dos licenciados desempregados. Mas, sim, olhar pelos nossos idosos, facultando-lhes mais-valias, mais convívios, preencher-lhes os tempos livres e evitar-lhes a solidão que tem levado muitos ao suicídio ou morte accidental. Sei que a ocupação dos tempos livres dos idosos não é novidade desta vereação. Foi um projeto pioneiro que em boa hora nasceu há cerca de dezasseis anos com a vereação anterior, apresentada pela prof. Graça Barros, do ginásio da Barreirinha, e pela prof. Marília do ginásio de São Martinho aceite pelo então Presidente Miguel Albuquerque. Apareceu depois o ginásio de Santo António, Centro Comunitário Dois Mil, centro de dia de São José, agora a funcionar no anexo da cadeia dos Viveiros, e o centro de dia da Vargem em São Martinho. Mais tarde surgiu a Universidade Sénior do

11588
20
Paulo Reis

Centro Cívico de Santa Maria Maior. Isto para dizer que embora esta Câmara não seja pioneira nesta área, não só apoiou desde a primeira hora como agora quer torná-la mais abrangente criando a USF. Os governantes não têm o direito de esquecer que foram os nossos idosos que trabalharam arduamente para construir e desenvolver a cidade em que hoje vivemos e por isso merecem todo o nosso respeito e apoio. Não quero finalizar sem deixar uma chamada de atenção a tantos daqueles políticos que hoje recebem bons ordenados, outros com reforma e vencimento mensal, mais ajudas de custo e tantas outras mordomias, sabendo que existem idosos a passar fome, famílias sem emprego para pagar as prestações da casa, obrigados a ir viver para casa dos velhos pais, crianças a irem para a escola sem a refeição da manhã e pessoas a suicidarem-se porque não conseguem sustentar a família. Como conseguem estes homens dormir um sono descansado? Como têm a ousadia de sair à rua, pedir o voto na altura das eleições, sabendo que vivem regaladamente à custa de uma população que empobrece a cada dia que passa? A política precisa urgentemente de políticos honestos e sensibilizados para as causas sociais e os mais desfavorecidos.” -----

2. O Senhor Deputado Municipal Jorge Manuel Morais da Silva Reis, do PCP/PEV, interveio começando por dizer que concorda com a necessidade de regulamentar o funcionamento e estabelecer a estrutura orgânica da Universidade Sénior do Funchal, referindo depois que gostaria de fazer algumas referências a aspetos do regulamento: “No artigo sétimo, “*Condições de Admissão*”, a alínea b) parece-nos algo impeditiva a questão de “*possuir condições físicas*” adequadas das atividades. Não será esta uma forma de condicionar à USF, por exemplo, de pessoas com limitação de mobilidade ou portadoras de deficiência motora? Em relação ao artigo nono, “*Propina*”, julgamos que deveria estar consagrado o pagamento de uma propina, fixada anualmente e cuja atualização deveria corresponder à taxa de inflação prevista. Parece-nos ser uma forma de salvaguardar

aumentos excessivos de ano para ano".-----

3. O Senhor Deputado Municipal António Domingos Sousa Abreu, do PPD/PSD, disse corroborar com o PCP/PEV, destacando a não discriminação, tornando a Universidade Sénior cada vez mais inclusiva não havendo seletividade em função da condição física seja de quem for, inclusivamente de docentes. Acrescentou, por outro lado, que: "uma questão que não nos parece muito clara, ou pelo menos não é evidente é a regulamentação de algo que já existia e muito bem, mas gostaríamos de saber qual a personalidade jurídica da própria Universidade Sénior? Ou seja, como funcionará em termos de gestão de receitas? Terá número de contribuinte? Qual a sua natureza? Uma coisa é o apoio logístico e outra coisa é efetivamente quem paga, quem gere e como é feita a gestão desta unidade que estamos a criar."-----

4. O Senhor Deputado Municipal Alberto Rufino Fernandes Casimiro, do PPD/PSD, interveio dizendo que quando foi referido entre as várias ações promovidas pela atual Câmara ou a anterior, foi falada a Universidade Sénior de Santa Maria Maior. Julga não haver conhecimento da diferença entre uma Junta de Freguesia e a CMF, o que não lhe admira, porque num concurso que promoveu onde estiveram trinta e cinco licenciados, trinta e quatro responderam que as juntas de freguesia dependiam das Câmaras Municipais. Talvez por isso criou a Universidade Sénior de Santa Maria Maior, há seis anos atrás, o que muito o honra.-----

5. A Senhora deputada Municipal Guida Maria Vieira Martins, do GMM, fez a seguinte intervenção: "O que estamos a discutir é uma coisa bonita que é dignificar os mais velhos, aproveitar as suas experiências, permitir-lhes ao longo da vida e mesmo em idade mais avançada aprender ainda mais. Conviver, partilhar, não desperdiçar saberes, essa é uma questão fundamental neste Regulamento. O Senhor Deputado do PSD devia ter respondido quando criou a Universidade, se tem personalidade jurídica, se pensou como é que ela

aceitável que esse valor fosse fixado em reunião de Câmara, pelo conjunto dos vereadores."-----

---Em sede de resposta a esclarecimento **O Senhor Deputado Municipal José Juvenal Nunes Rodrigues**, do GMM, usou da palavra para esclarecer o Senhor Deputado Alberto Casimiro de que não quis dizer que a Universidade Sénior de Santa Maria Maior dependia da CMF.-----

---**A Senhora Deputada Municipal Guida Maria Vieira Martins**, do GMM, interveio para esclarecer o Senhor Deputado Municipal **António Domingos de Sousa Abreu**, que não há orçamento à parte para a Universidade e que a propina a que se refere o regulamento é simbólica.-----

---**O Senhor Deputado Municipal António Domingos de Sousa Abreu**, do PPD/PSD, voltou a intervir apenas para referir que a sua dúvida prende-se com o facto de a propina ser uma taxa e, nesse sentido, o regulamento estar errado.-----

---De seguida, o **Senhor Vereador José Edgar Marques da Silva**, usando da palavra esclareceu que ao ser exigido um atestado médico de robustez física aos alunos, não está a discriminá-los porque há que adaptar o programa do ginásio às condições físicas dos participantes. O que se passa, é que existem idosos portadores de doenças em que é necessário adequar o ginásio aos mesmos. Em relação ao pagamento das propinas, são pagas à CMF diretamente ao pelouro financeiro.-----

---**A Senhora Deputada Municipal Filomena Maria Teixeira Gonçalves**, do CDS/PP, questionou ainda a vereação sobre o número de alunos da universidade ao que o **Senhor Vereador José Edgar Marques da Silva** respondeu que são cerca de sessenta a setenta.-----

---**A Senhora Presidente** colocou este ponto à votação sendo o mesmo aprovado por maioria com vinte e oito votos a favor, sendo dezanove do GMM, um do PPD/PSD, cinco

f 15 30
18
Paula

do CDS/PP e três do PCP/PEV, e doze abstenções do PPD/PSD.-----

Declarações de Voto:-----

---O Senhor Deputado Municipal António Domingos de Sousa Abreu, do PPD/PSD, fez a seguinte Declaração de Voto: “A dialética política é assim. A nossa votação teve que ser de abstenção, porque ficaram as dúvidas que o Senhor Vereador não foi capaz de cabalmente esclarecer”. -----

Ponto Seis: Discutir e votar a proposta do “Regulamento de atribuição de Apoios Financeiros ao Associativismo e a Atividades de Interesse Municipal”- alínea g) do nº 1 do artigo 25º do Anexo I à Lei nº 75/2013 de 12/09. -----

---A Senhora Presidente informou que foram recebidas propostas de alteração por parte do CDS/PP, nomeadamente aos artigos terceiro, sexto, oitavo e décimo primeiro. -----

INSCRIÇÕES: -----

1. O Senhor Deputado Municipal Américo João da Silva Dias, do CDS/PP, interveio propondo alterações aos seguintes pontos:-----

“Artigo 3º - alteração do nº 1; eliminação do nº 2 passando o nº 3 a ser o nº 2 com nova redação e no nº4 mantem-se o texto passando a ser o nº 3-----

“Artigo 6º - alteração do nº 2” -----

“Artigo 8º - alteração do nº 2”-----

“Artigo 11º - alteração do nº 1, nº 2, nº 3 e nº 4”. -----

2. O Deputado Municipal Rui Nuno Barros Cortez, do PPD/PSD, usou da palavra para dizer que ficou por esclarecer qual a qualificação e quais os critérios exatos de atribuição de apoios às associações.-----

3. O Senhor Deputado Municipal Jorge Manuel Morais da Silva Reis, do PCP/PEV, interveio, tecendo algumas considerações. Parece-lhe que esta proposta não deveria ser consignada somente à atribuição de apoios financeiros, mas também alargada à atribuição

ou disponibilização de bens e serviços por parte do município. Desta forma, o seu âmbito seria mais alargado e abrangente. No artigo 2º, “Finalidade dos apoios”, mais precisamente na alínea j), para além da promoção da igualdade de género, deveria igualmente constar o combate a todas as formas de violência e exploração (nomeadamente contra as mulheres). No artigo 8º- “Instrução do pedido” e tendo em conta o que é referido no artigo 4º, quanto ao apoio às entidades ou organismos que pretendam concretizar obras de construção, conservação ou beneficiação de instalações, seria de considerar a inclusão, aquando da instrução do pedido, quer do projeto técnico, quer de orçamentos das entidades fornecedoras dos equipamentos referidos na alínea c). Deveria também ser contemplada a obrigatoriedade de avaliação, pela AMF, da execução e atribuição de apoios, nomeadamente através da apresentação de um relatório de avaliação. -----

4. O Senhor Deputado Municipal Sérgio Juvenal de Jesus Abreu, da GMM, usou da palavra para dizer que este regulamento é positivo porque privilegia essencialmente as pessoas singulares com projetos de interesse público e instituições de utilidade pública, sendo ainda uma pedra basilar na promoção da cidadania e nos direitos do homem. Estabelece regras claras sobre direitos e deveres e fixa critérios transparentes de tratamento de todos os munícipes de forma igual. -----

---**A Senhora Deputada Municipal Guida Maria Vieira Martins**, do GMM, em sede de esclarecimento, dirigiu-se ao **Senhor Deputado Municipal Rui Nuno Barros Cortez**, do PPD/PSD aconselhando-o a analisar melhor o artigo 10º porque lá encontra a resposta às suas dúvidas. Este retorquiu dizendo que de acordo com os critérios apresentados não fica esclarecido como é que definem a atribuição a duas, ou mais instituições que concorram.

---**O Senhor Deputado Municipal Rui Nuno Barros Cortez**, acabou por sugerir que este regulamento fosse retirado da ordem de trabalhos para ser reformulado sujeitando-o novamente a aprovação noutra data. -----

f. 1591
10
A. Rainhen

---Interveio ainda o **Senhor Deputado Municipal Eduardo Pedro Welsh**, do GMM, para dizer que, no seu entender, após a elaboração dos processos é decidido os que devem ser levados a reunião de Câmara, devendo constar para uma melhor transparência, os motivos de rejeição dos mesmos.-----

---O **Senhor Deputado Municipal David João Rodrigues Gomes**, do PPD/PSD, disse que este regulamento na sua génese e no âmbito do concurso aos apoios previstos para o efeito, está muito bem elaborado e melhorado com a participação do CDS/PP. Carece, no entanto, de uma escala métrica para definir o que é o interesse público, enquanto assim não for vai carecer sempre de transparência. Dirigiu-se ao **Senhor Deputado do CDS/PP** e pediu-lhe um esclarecimento sobre o proposto no artigo 3º "*A Câmara Municipal poderá atribuir apoios às atividades organizadas por pessoas singulares desde que prossigam os mesmos interesses das entidades.*" Em seu entender, o que tem de ser salvaguardado é o interesse público e não o das referidas entidades.-----

---O **Senhor Deputado Municipal Sérgio Juvenal de Jesus Abreu**, da GMM, referiu também que a importância deste regulamento é fixar critérios, avaliação e exigência de documentos de uma forma criteriosa. Dirigiu-se depois ao Senhor Deputado Rui Cortez, por este ter tecido algumas considerações à sua primeira intervenção, pedindo-lhe para informar qual era até hoje e em anteriores mandatos o critério e o regulamento aprovado nesta assembleia que oferecia transparência e equidade.-----

Por fim, o **Senhor Deputado Municipal Américo João da Silva Dias**, do CDS/PP, interveio novamente para responder ao **Senhor Deputado Municipal David Gomes**, do PPD/PSD dizendo que os três números do artigo 3º vão ficar condensados em apenas dois artigos. No que se refere às atividades relevantes e no interesse, é do senso comum o que é relevante para o interesse da Cidade. Quando estipulou que "*as pessoas singulares têm que prosseguir os mesmos interesses das entidades referidas*", refere-se às sociedades e

às associações que queiram se candidatar aos apoios, que estejam em igualdade de circunstâncias e prosseguindo os mesmos interesses. -----

---O **Senhor Deputado Municipal Rui Nuno Barros Cortez**, do PPD/PSD, em resposta ao **Senhor Deputado Municipal Sérgio Juvenal de Jesus Abreu**, da GMM, agradeceu a sua intervenção e a questão colocada, porque o mesmo corrobora e sublinha cem por cento o que disse na primeira vez que falou acerca deste regulamento, ou seja que não há qualquer mudança ao já existente. -----

--De seguida a **Senhora Presidente** deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder a todos os pedidos de esclarecimentos sobre este ponto da ordem de trabalhos.

---O **Senhor Presidente da Câmara** começou por manifestar o seu desagrado e lamento, por constatar alguma arrogância na forma como os assuntos são abordados. Lamentou também todas as afirmações que aqui foram feitas, relativamente à competência do regulamento aqui apresentado, porque o mesmo foi elaborado pelo Departamento Jurídico desta Autarquia, que é constituído por pessoas competentes e da sua absoluta e total confiança.-----

Continuando, disse que, por este documento abordar a atribuição de subsídios, dinheiros públicos, considera-o de extrema importância. Os dinheiros públicos têm de ser geridos da melhor forma, há necessidade de controlo na sua atribuição bem como obrigações e deveres para ambas as partes. Para tal, é preciso haver critérios, sendo difícil ver qual a métrica a quantificar ou a definir o interesse municipal. -----

É igualmente importante haver transparência. Para tal é necessário justificar-se os apoios atribuídos, os quais serão decididos em reunião de Câmara, através de uma proposta com metodologia que será, ou não, aprovada em reunião. -----

Referiu também que neste regulamento para além dos critérios, há também avaliação e fiscalização. -----

f1582
10
Rui Nuno Barros Cortez

Quanto às considerações jurídicas colocadas pelo Senhor Deputado do CDS/PP, o Senhor Presidente pediu a intervenção de um Técnico do Departamento Jurídico para esclarecê-las.-----

---**A Senhora Presidente** deu a palavra ao **Técnico do Departamento Jurídico Jorge Faria Soares**, que começou por explicar as diferenças técnicas entre o texto proposto pelo executivo e as alterações apresentadas ao regulamento pelo CDS/PP.-----

---Por esta altura o **Senhor Deputado Municipal Rui Nuno Barros Cortez**, do PPD/PSD, interpelou a mesa dizendo que embora reconheça a capacidade profissional do Dr. Jorge Soares, nunca viu numa dialética de uma assembleia um jurista do organismo debater com um deputado municipal, propondo novamente que a proposta fosse retirada.-----

---**A Senhora Presidente**, em resposta, informou que a proposta de retirada do regulamento irá ser votada assim como todas as propostas apresentadas pelo CDS/PP. --
Uma vez que o Senhor Presidente da Câmara pediu um esclarecimento técnico, e por terem sido colocadas várias questões técnico-jurídicas foi admitido que o citado jurista continuasse a sua intervenção. -----

---**O Senhor Deputado Municipal Ricardo Jorge Alves Delgado**, do PPD/PSD, interpelou novamente a mesa para protestar contra o modo como os trabalhos estão a decorrer, sendo a primeira vez, ao longo dos vários anos que faz parte desta assembleia, que presencia um elemento estranho dirigir-se aos senhores deputados municipais, com todo o respeito ao Dr. Jorge Soares, ilustre jurista desta Câmara Municipal.-----

Continuou dizendo que o Senhor Presidente deveria pedir a suspensão da Assembleia para reunir-se com os técnicos e esclarecer as suas dúvidas, para posteriormente elucidar esta Assembleia sobre as questões que surgirem. -----

Dirigindo-se à Mesa pediu ainda um esclarecimento sobre qual o número do regimento que permite a intervenção de uma pessoa estranha nesta assembleia.-----

Nesta altura, a sessão foi suspensa, por dez minutos:-----

---Retomados os trabalhos, a **Senhora Presidente** agradeceu a compreensão de todos e em resposta àquilo que foi solicitado pelo senhor deputado Ricardo Delgado disse que de facto há mais assuntos que podem ser tratados na conferência de líderes e este, talvez, seja um deles. Porém, a verdade é que as propostas de alteração ao regulamento em análise chegaram ontem aos serviços da Assembleia. Analisado o Regimento verificou-se que o mesmo é omissivo quanto à intervenção de terceiros nas sessões. Por analogia com aquilo que sucede nas reuniões do executivo em que podem intervir técnicos, e aliás como também já aqui sucedeu, a Mesa entende que uma vez que a Lei não proíbe e até porque o senhor Presidente da Câmara não tem que conhecer tecnicamente todos os assuntos que são aqui colocados e discutidos, ser permitida a intervenção de técnicos no debate. De qualquer modo, e para que fique validamente tomada esta deliberação, sugeriu que fosse a Assembleia a decidir sobre a intervenção do técnico jurídico Dr. Jorge Soares.-----

---A **Senhora Presidente** colocou à votação a admissibilidade ou não da intervenção do técnico a pedido do senhor Presidente da Câmara. -----

---O **Senhor Deputado Municipal António Domingos de Sousa Abreu**, do PPD/PSD, imediatamente referiu: “Compreendo a situação, todos gostamos de estar bem informados para poder participar em discussões e decidir. Mas aquilo que se está aqui a fazer é um exercício que não nos parece vir a responder a essa necessidade comum. Logicamente desde que o senhor Presidente ou qualquer membro da vereação necessite solicitar, pode solicitar os serviços jurídicos dos técnicos da Câmara. Mas poderemos querer ouvir outras opiniões para melhor ficar esclarecidos e em particular em questões jurídicas, que como sabe há escolas e formas diferentes de ver a mesma questão. Aliás, porque o nosso deputado também é jurista tem a sua dupla função, é a prova cabal daquilo que estou a dizer. Há diferentes interpretações. E se vamos por esse caminho, penso que devemos

165 93
10
Pimenta

encontrar sim, na conferência de representantes ou noutra espaço, uma forma de efetivamente podermos ter tempo de receber atempadamente as propostas, de as poder analisar, obviamente assessorando-nos dos recursos que estejam ao nosso alcance e de uma forma madura como temos vindo a discutir na conferência de representantes e até dando algum sentido a essas próprias conferências, identificar essas lacunas e suprimi-las no espaço entre a reunião e esta Assembleia. Vamos agora votar e certamente que a maioria ganhará. Proponho que todos tivessem a mesma hipótese de socorrer-se de outros meios técnicos porque não temos que ouvir uma só parte. Acho, até porque a vereação e a presidência têm dito que efetivamente a Câmara tem que ser participativa, que temos de encontrar uma forma, que não tem sido praticada até agora, por diálogo, mais atempada, mais construtiva para evitar estas cenas".-----

---**O Senhor Deputado Municipal Gonçalo Nuno Pimenta Camacho**, do CDS/PP, disse:

"A posição do grupo municipal do CDS/PP é a de que, ouvidos aqui deputados municipais, eventualmente este diploma, não seja de forma leviana aprovado hoje nesta Assembleia, porque até há termos jurídicos que estão a confundir a pessoa "A", "B" e "C", e proponha que baixe a uma Comissão de líderes e essa comissão por sua vez articulasse de maneira a que efetivamente pudesse haver um diploma razoável para depois voltar à Assembleia Municipal."-----

---**O Senhor Deputado Municipal Eduardo Pedro Welsh**, do GMM, disse: "Esta proposta, ao que parece, já foi à reunião de Câmara e foi aprovada. Houve reunião de líderes, houve todo o tempo para levantar questões e chegar a um consenso. As pessoas optaram por não o fazer, porque quiseram trazer estas questões à própria Assembleia. Acho que esta proposta deve ser colocada à votação e que assumam as suas posições".-----

---**A Senhora Deputada Municipal Herlanda Maria Amado Gouveia**, do PCP/PEV, pediu imensa desculpa à Sra. Presidente, pois não pretende de maneira nenhuma perturbar mais

os trabalhos, mas acha que seria positivo e tendo em conta a opinião já demonstrada pelo Sr. Deputado Gonçalo, que fosse possível, na conferência de líderes ou numa comissão que fosse criada, analisar em concreto o Regulamento. Quanto à posição que foi tomada no âmbito da vereação em relação ao que foi o sentido de voto do seu grupo municipal, a favor, entende que no decorrer desta reunião, o mesmo foi alterado tendo em conta um conjunto de dúvidas aqui levantadas. Fez um *mea culpa comum*, porque nestes casos, as propostas que deveriam ter sido enviadas antes da reunião de líderes. Há um conjunto de dúvidas que foram levantadas que geraram confusão e, não sendo jurista, nem desta área específica, entende que não pode, em consciência, votar o documento.-----

---**O Senhor Deputado Municipal Américo João da Silva Dias**, do CDS/PP, referiu que foi feita referência à sua pessoa, dizendo, por isso, querer esclarecer duas ou três situações. Não quis discutir a opinião dos técnicos da Câmara, mas quis garantir que é sua convicção que este regulamento não está corretamente elaborado. Na sua opinião esta situação deve estender-se ao ponto seguinte da ordem de trabalhos que ainda é pior do que este. Concluiu dizendo que em sua opinião o regulamento devia baixar, eventualmente, à conferência de líderes, tanto este como o seguinte porque devem ser discutidos tecnicamente com pessoas dentro da área. -----

---**O Senhor Deputado Municipal Gonçalo Nuno Pimenta Camacho**, do CDS/PP, fez saber e quis deixar claro que o grupo municipal do CDS/PP não está contra os funcionários do Departamento Jurídico da CMF. -----

---**A Senhora Presidente** colocou à votação o ponto de interpelação relativa à intervenção de técnico habilitado, com a seguinte questão: "Deve ser permitida, a pedido do Presidente da Câmara ou da Vereação, a intervenção de técnico habilitado desta autarquia, nesta assembleia?" O resultado desta votação foi o de dezanove votos a favor do GMM e nove abstenções sendo uma do PPD/PSD, cinco do CDS/PP e três do PCP/PEV, não tendo

fls 94
Rui Barros

votado os demais elementos do PPD/PSD por discordarem da forma como a questão foi colocada, conforme declaração de voto do Deputado Rui Cortez. -----

Declarações de Voto:-----

1. O Senhor Deputado Municipal Gonçalo Nuno Pimenta Camacho, do CDS/PP, justificou a abstenção de voto do Grupo do CDS/PP nos seguintes termos: "Porque o colega de bancada, **Deputado Municipal Américo João da Silva Dias,** defendeu e bem a nossa interpretação jurídica sobre a questão e que fique claro e registado em ata, que não estamos contra ninguém do ponto de vista dos Recursos Humanos desta Autarquia, porque os valorizamos do ponto de vista técnico. Estamos contra a forma e a substância jurídica que foi conduzida nesta matéria. Por isso a proposta do Deputado Municipal Rui Nuno Barros Cortez vai no sentido de baixar a uma comissão de liderança, como já referenciado pela Deputada Municipal Herlanda Maria Gouveia Amado, no sentido de haver uma articulação e um consenso entre todos os grupos municipais, por via dessa comissão. Da parte do CDS/PP o entendimento é claro, sucinto e objetivo não estamos contra ninguém nem estaremos contra ninguém, somos favoráveis a baixar a uma comissão de liderança este mesmo diploma porque há uma interpretação jurídica diferente." - -----

2. O Senhor Deputado Municipal Rui Nuno Barros Cortez, do PPD/PSD, fez a seguinte declaração de voto: "Ausentamo-nos na votação porque achamos que essa não era a pergunta que devia ser feita. Isto é mais ou menos como os referendos. A pergunta que se faz é muito importante. Se esta Assembleia acha que a vinda de um técnico ou de um jurista para dar explicações vai resolver e se é a solução encontrada para chegarmos ao fim deste problema, aí votaríamos. Agora perguntar de uma forma genérica se somos a favor da vinda de um técnico, não somos contra, mas também não somos a favor, porque achamos que não vai esclarecer os pontos." -----

---Findas as declarações de voto a **Senhora Presidente** voltou a dar a palavra ao **Senhor**

Dr. Jorge Soares que deu continuidade às explicações técnicas relativas às divergências entre o regulamento proposto pelo executivo e as alterações ao mesmo propostas pelo CDS/PP. -----

---Findas estas explicações o **Senhor Deputado Municipal Rui Nuno Barros Cortez**, do PPD/PSD, pediu os seguintes esclarecimentos:-----

- "Neste regulamento como é que fica definido em relação ao artigo 7º o ano de dois mil e catorze?"-----

- "Os apoios que forem aprovados, mas que por algum motivo a entidade não os puder executar, continuam aprovados? Têm algum prazo para cumprir a atividade? Ficam prorrogados ou cancelados?"-----

---O **Senhor Dr. Jorge Soares** esclareceu dizendo: "que os mesmos terão de ser analisados caso a caso."-----

---Intervio de seguida o **Senhor Deputado Municipal Américo João da Silva Dias**, do CDS/PP, pedindo também, o seguinte esclarecimento:

- "Se estando o nº 1 e o nº 2 do artigo 3º consignados no nº 1 não prossegue o mesmo fim esse nº 1?"-----

---Voltando a tomar a palavra o **Senhor Dr. Jorge Soares** respondeu: "Aquando da minha intervenção a propósito deste artigo eu disse que o sentido era o mesmo. Do ponto de vista estritamente técnico, é que as regras de logistica diziam que eram boas práticas alternativas normativas individualizar destinatários e documentos."-----

---**Seguidamente a Senhora Presidente** colocou à votação a contraproposta do PPD/PSD para que este ponto da ordem de trabalhos não fosse objeto de deliberação nesta sessão. O resultado desta votação foi de empate com dezoito votos a favor sendo dez do PPD/PSD, cinco do CDS/PP e três do PCP/PEV, dezoito votos contra do GMM e duas abstenções sendo uma do GMM e uma do PPD/PSD. Face ao voto de qualidade da Presidente da

f 15 95
10
D. Silva

Mesa, de sentido contrário à proposta do PPD/PSD, a mesma foi considerada não aprovada.-----

DECLARAÇÕES DE VOTO:-----

1. A Senhora Deputada Municipal Herlanda Maria Gouveia Amado, do GMM, fez a seguinte declaração de voto: "O nosso sentido de voto para esta proposta era a favor, porque não estamos contra o cômputo geral do que aqui está, mas não podemos permitir que este regulamento da forma como está, com dúvidas e não "quiriquices", fosse votado em consciência como era pretendido."-----

2. O Senhor Deputado Municipal Sérgio Juvenal de Jesus Abreu, da GMM, declarou o seguinte: "Na minha opinião pessoal sinto-me perfeitamente esclarecido e acho que este documento, como já referi, é extremamente importante, criando regras de maior transparência e critérios de avaliação."-----

3. O Senhor Deputado Municipal Lino Ricardo Silva de Abreu, do CDS/PP, afirmou o seguinte: "A nossa posição em votar favoravelmente a retirada da proposta, por forma a termos uma melhor proposta, foi porque apesar do princípio da proposta estar com boa fé, no decorrer da discussão surgiram algumas dúvidas."-----

---Depois a **Senhora Presidente** colocou à votação as diversas propostas de alteração ao regulamento apresentadas pelo CDS/PP e que se discriminam:-----

"Artigo 3º-----

nº 1 – "*Podem candidatar-se aos apoios as entidades e organismos legalmente existentes que possuam sede ou não no Município do Funchal desde que desenvolvam atividades relevantes e no interesse da cidade do Funchal.*"-----

nº 2 - eliminar.-----

nº 3 (que passa a ser o nº 2) – "*A Câmara Municipal poderá atribuir apoios às atividades organizadas por pessoas singulares desde que prossigam os mesmos interesses das*

entidades referidas no artigo anterior". -----

nº 4 - mantendo-se o texto que passa a ser o nº 3." -----

---Esta proposta de alteração do artigo 3º do Regulamento foi aprovada por maioria com vinte e quatro votos a favor sendo dezanove do GMM e cinco do CDS/PP e com catorze abstenções sendo onze do PPD/PSD e três do PCP/PEV. -----

"Artigo 6º nº 2 – *“Às pessoas singulares aplica-se somente o disposto na alínea c) do número anterior.”* -----

---Colocada a votação esta proposta não foi aprovada com dezanove votos contra do GMM, com cinco a favor do CDS/PP e com catorze abstenções sendo onze do PPD/PSD e três do PCP/PEV. -----

"Artigo 8º nº 2 – *“Às pessoas singulares aplica-se com as necessárias adaptações, somente o disposto nas alíneas c), d) e e) do número anterior.”* -----

---Colocada a votação esta proposta não foi aprovada com dezanove votos contra do GMM, com cinco a favor do CDS/PP e com catorze abstenções sendo onze do PPD/PSD e três do PCP/PEV. -----

"Artigo 11º nº 1 - *“Os apoios financeiros regulados pelo presente regulamento, serão redigidos a acordo escrito por livre vontade das partes por forma a garantir a total transparência da prossecução do seu fim”.* -----

nº 2 – *“Sem prejuízo de outras estipulações que se entendam necessárias face ao caso concreto ou obrigatórias por lei, os acordos referidos no número anterior, devem conter os seguintes elementos:”* -----

nº 3 – *“Para a instrução do processo tendente à celebração do acordo escrito e atendendo-se ao facto de ser ou pessoas coletivas, ou pessoas singulares, deverá ser instruído com os seguintes documentos:”* -----

nº 4 – *“O acordo escrito será lavrado pelo Oficial Público da autarquia e outorgado, por*

f/15 96
12
Paulo Silva

parte do município do Funchal, pelo Presidente da Câmara ou pelo vereador com competência delegada na área financeira, por parte dos interessados os próprios, nos casos das sociedades, esses titulares tem de ter poderes para o ato decorrentes do ato societário. Os interessados poderão ainda se fazer representar por mandatário com poderes próprios e especiais para a celebração desse acordo".-----

---Colocada a votação esta proposta não foi aprovada com dezanove votos contra do GMM, com cinco a favor do CDS/PP e com catorze abstenções sendo onze do PPD/PSD e três do PCP/PEV. -----

Seguidamente a Senhora Presidente colocou à votação a versão final da proposta de Regulamento de Atribuição de Apoios Financeiros ao Associativismo e Atividades de Interesse Municipal, com as alterações votadas, sendo a mesma aprovada por maioria com dezanove votos a favor do GMM, dezasseis votos contra sendo onze do PPD/PSD e cinco do CDS/PP e três abstenções do PCP/PEV. -----

DECLARAÇÕES DE VOTO:-----

1. O Senhor Deputado Municipal Eduardo Pedro Welsh, do PND, fez a seguinte declaração de voto: "Eu percebo as razões do CDS/PP em apresentar algumas alterações. Se as mesmas tivessem sido discutidas em reunião de líderes, aligeiravam imenso o trabalho e chegaríamos a um consenso. Quanto ao PPD/PSD não apresentaram alternativas, optando pelo silêncio na reunião de líderes."-----

2. A Senhora Deputada Municipal Herlanda Maria Gouveia Amado, do GMM, declarou o seguinte: "Este regulamento deveria ter sido aprovado por maioria, como têm sido aprovados outros, se tivesse havido abertura para todas as questões que foram levantadas e que ainda não estão devidamente esclarecidas. (...) o nosso sentido e a nossa posição nesta casa tem sido sempre de uma política de consenso e não de confronto, e iremos fazer aquilo para o qual fomos eleitos, que é, enquanto nós tivermos dúvidas iremos levantá-las

ao longo do decorrer da própria Assembleia Municipal.”-----

3. O Senhor Deputado Municipal António Domingos de Sousa Abreu, do PPD/PSD, afirmou: “Corroborar a declaração de voto da CDU, porque também preferimos o consenso e a procura de uma solução, e reiterar o nosso lamento pela falta de abertura e de capacidade de discutir e melhorar as propostas, que a maioria relativa deste Município tem demonstrado. Relativamente à possibilidade de melhorarmos e trabalharmos na conferência de líderes, proponho à Senhora Presidente que a partir de agora seja feita uma ata das reuniões, porque muito pouca gente fala nas conferências de representantes.”-----

4. O Senhor Deputado Municipal Lino Ricardo Silva de Abreu, do CDS/PP, disse o seguinte: “A nossa posição de voto foi uma posição coerente, porque não poderíamos votar favoravelmente depois de chumbadas todas as nossas propostas e alternativas. Esta proposta não foi discutida na reunião de líderes por não se encontrar presente o Senhor Deputado Municipal Eduardo Pedro Welsh.” -----

---Após as declarações de voto a **Senhora Presidente** fez um esclarecimento acerca do envio da documentação preparatória desta Assembleia, dizendo que a mesma, foi enviada via e-mail na sexta-feira dia catorze, com exceção da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara relativa à situação da Autarquia, e do ponto oito, da Universidade Sénior, entretanto votado.-----

---Esta ata foi aprovada em minuta para que os pontos discutidos pudessem produzir efeitos imediatos.-----

Encerramento: -----

---Às dezoito horas, a Senhora Presidente deu por encerrada a reunião, sendo marcada para o dia vinte e cinco de fevereiro nova reunião para a continuação dos trabalhos desta sessão.-----

---De tudo para constar, se lavrou a presente ata que, depois de lida, achada conforme e

